



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL



# Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2017

Edição 2019



## Ficha técnica

### Título

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio - 2017

### Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
Av. António José de Almeida  
1000-043 Lisboa  
Portugal  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 845 40 84

### Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

### Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-5977

ISBN 978-989-25-0501-5

### Bienal

O INE, I.P. na Internet  
[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

 Apoio a clientes

**218 440 695**

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2019

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



A decorative graphic in the top right corner featuring a grayscale illustration of a classical building with a clock tower. Overlaid on the building is a line chart with two lines: a dark gray line and a pink line. The pink line is thicker and more prominent, showing a fluctuating trend. The word "ÍNDICE" is written in pink capital letters to the left of the chart.

## ÍNDICE

<b>Apresentação .....</b>	<b>7</b>
<b>1. Metodologia.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Análise de resultados.....</b>	<b>19</b>
2.1. Indicador per Capita .....	19
2.2. Percentagem de Poder de Compra.....	26
2.3. Fator Dinamismo Relativo .....	30
<b>Quadros de resultados .....</b>	<b>33</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>59</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Correlações entre as variáveis.....	12
Quadro 2. Comunalidades dos fatores .....	14
Quadro 3. Matriz dos coeficientes de correlação entre as variáveis e os fatores ( <i>loadings</i> ) .....	15
Quadro 4. Coeficientes dos <i>scores</i> .....	16
Quadro 5. IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 .....	35
Quadro 6. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC) registado nos municípios, 2017 .....	43
Quadro 7. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registada nos municípios, 2017.....	48
Quadro 8. Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios, 2017.....	53



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Indicador per Capita e Fator Dinamismo Relativo registados nos municípios, 2017 .....	18
Figura 2. Indicador per Capita por NUTS II, 2017.....	19
Figura 3. Indicador per Capita por NUTS III, 2017.....	20
Figura 4. Indicador per Capita por município, 2017 .....	22
Figura 5. Indicador per Capita por município contextualizado nas regiões NUTS II, 2017 .....	24
Figura 6. Percentagem de Poder de Compra por NUTS III, 2017.....	27
Figura 7. Percentagem de Poder de Compra por município, 2017 .....	28
Figura 8. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pela população residente nos municípios, 2017 .....	29
Figura 9. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2017.....	29
Figura 10. Fator Dinamismo Relativo por município, 2017 .....	31
Figura 11. Indicador per Capita por município, na região Norte, 2017.....	60
Figura 12. Indicador per Capita por município, na região Centro, 2017.....	61
Figura 13. Indicador per Capita por município, na região Área Metropolitana de Lisboa, 2017.....	62
Figura 14. Indicador per Capita por município, na região Alentejo, 2017 .....	63
Figura 15. Indicador per Capita por município, na região Algarve, 2017.....	64
Figura 16. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma dos Açores, 2017 .....	65

Figura 17. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma da Madeira, 2017.....	66
Figura 18. Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios .....	67
Figura 19. Divisão territorial da região NUTS II Centro: NUTS III e municípios .....	68
Figura 20. Divisão territorial da região NUTS II Área Metropolitana de Lisboa: NUTS III e municípios.....	69
Figura 21. Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios .....	70
Figura 22. Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios .....	71
Figura 23. Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma dos Açores: NUTS III e municípios .....	72
Figura 24. Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma da Madeira: NUTS III e municípios .....	73

The graphic features a stylized line chart with a grey line and a pink line, overlaid on a black silhouette of a classical building with a clock tower. The word 'APRESENTAÇÃO' is written in pink capital letters to the left of the graphic.

## APRESENTAÇÃO

O INE divulga a 13ª edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) que integra informação estatística reportada ao ano de 2017, sendo as variáveis de base para este estudo relativizadas pela população residente, estimada pelo INE, para 31 de dezembro de 2017.

O EPCC tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais. A realização deste estudo visa contribuir para a oferta de informação ao nível do município através da disponibilização de indicadores de síntese que traduzem o poder de compra manifestado nestes espaços geográficos. Note-se, porém, que as estimativas produzidas não devem ser apropriadas como qualquer outra variável a que corresponda um âmbito concetual bem delimitado, como o rendimento ou o consumo das famílias. Enquanto indicador compósito, o EPCC integra uma vasta quantidade de informação num formato de leitura simples e o modelo específico da análise fatorial acrescenta a capacidade de captar as diferentes dimensões do fenómeno em análise — neste caso, o poder de compra manifestado nos municípios ou regiões.

Com base em 16 variáveis, e por recurso à metodologia estatística descrita na secção seguinte, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- ▶ o IpC, Indicador per Capita do poder de compra (primeiro fator extraído da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional;
- ▶ a PPC, Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro fator), que reflete a importância do poder de compra manifestado quotidianamente em cada município ou região no total do país para o qual a PPC assume o valor de 100%;
- ▶ o FDR, Fator Dinamismo Relativo (segundo fator extraído da análise), que pretende refletir o poder de compra, de manifestação irregular e, geralmente, sazonal, associado à dinâmica que persiste na informação de base para além da refletida no Indicador per Capita, relacionada com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística.



A presente versão do EPCC utiliza a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013) estabelecida pelo regulamento comunitário nº 868/2014. A divisão administrativa ao nível do município refere-se à publicada pela Direção-Geral do Território na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP).

A publicação é acompanhada por uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas como a versão anterior da NUTS<sup>1</sup>, e os distritos, bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador, incluindo também facilidades de exportação dos dados para uma folha de cálculo.

---

<sup>1</sup> Versão da NUTS definida pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 com as alterações introduzidas pelos regulamentos comunitários nº 105/2007 e nº 31/2011 e as alterações introduzidas pela adesão de novos Estados-Membros à União Europeia.



## 1. METODOLOGIA

O modelo de análise de dados subjacente ao EPCC corresponde a uma análise fatorial em componentes principais. O modelo geral é do tipo:

$$X = F \cdot A + U$$

em que:

- ▶  $X$  — matriz  $n \times m$ , em que cada uma das  $m$  colunas é uma variável estatística observada, sendo  $n$  o número de observações. A ideia fundamental é a de que as  $m$  variáveis são explicadas por um conjunto pequeno de  $p$  fatores comuns;
- ▶  $F$  — matriz de dimensões  $n \times p$ , constituída pelos valores (desconhecidos) que os  $p$  fatores assumem em cada um dos  $n$  pontos amostrais;
- ▶  $A$  — matriz  $p \times m$  constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo de cada fator para a explicação de cada variável;
- ▶  $U$  — matriz  $n \times m$  constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por fatores comuns, mas antes associada à idiossincrasia da própria variável. As colunas da matriz  $U$  são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os fatores, isto é, com as colunas da matriz  $F$ .

Sublinhe-se que o modelo de análise fatorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz  $X$  é observada) e não sobre os fatores. A matriz  $F$ , desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz  $A$ . O objetivo principal é estimar a matriz  $F$ .

As variáveis retidas são selecionadas, endogenamente, dentro de um conjunto mais vasto, de acordo com o desempenho revelado no quadro do modelo. Todavia, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- ▶ embora todas as variáveis se encontrem associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel pois, se assim fosse, não seria necessário recorrer a uma metodologia de análise multivariada, sendo, por outro lado, esta base multivariada que assegura a robustez dos índices produzidos por este estudo;
- ▶ a seleção das variáveis privilegiou a ótica de utilização do rendimento, o que justifica que se tenha minimizado a seleção de variáveis ligadas à produção, permitindo atribuir o poder de compra aos municípios onde se manifesta e que, *grosso modo*, coincidem com os municípios de residência da população e não aos pontos de geração da riqueza, onde a produção ocorre;



- ▶ em consequência deste critério de captação de variáveis essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, considera-se que o fenómeno do autoconsumo possa não estar refletido nos indicadores construídos;
- ▶ deve assinalar-se que o modelo de dados do EPCC é comum a todas as regiões do país, podendo, por isso, refletir um enviesamento dos indicadores produzidos em contextos territoriais específicos.

Nesta edição do EPCC, a matriz  $X$  é constituída por 16 variáveis, observadas nos 308 municípios portugueses. Em seguida, apresentam-se as 16 variáveis.

<b>IRS</b>	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i> , 2017 (Fonte: Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira)
<b>RDECLIRS</b>	Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i> , 2017 (Fonte: Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira)
<b>COMTPNAC</b>	Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i> , 2017 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços) <sup>2</sup>
<b>VOPRPAG</b>	Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i> , 2017 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
<b>LEVMULN</b>	Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i> , 2017 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços) <sup>2</sup>
<b>CREHABT</b>	Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i> , 2017 (Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras)
<b>GANHTCO</b>	Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i> , 2017 (Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal)

<sup>2</sup> Para o cálculo das variáveis LEVMULN (valor dos levantamentos em caixas automáticos com cartões emitidos por entidades nacionais) e COMTPNAC (valor das compras efetuadas através de terminais de pagamento automático com cartões emitidos por entidades nacionais), os movimentos anuais foram obtidos a partir da agregação dos dados mensais, tendo-se imputado aos meses de junho a setembro o valor médio dos 12 meses, de forma a atenuar o efeito sazonal e, portanto, irregular dos movimentos com cartões emitidos por entidades nacionais.

- TXURB5** População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população residente total, 2011 (Fonte: INE, Censos 2011 - Dados definitivos)
- AUTOMOV** Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, *per capita*, 2017 (Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel)
- VVNECOM** Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (*Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos*), com exceção do grupo 473 (*Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados*), com atividade, segundo o município do estabelecimento, *per capita*, 2017 (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)
- LEVMULINT** Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2017 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
- COMTPINT** Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2017 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
- IMT** Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, *per capita*, 2017 (Fonte: Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais))
- TPRURB** Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, *per capita*, 2017 (Fonte: Ministério da Justiça - Direção-Geral da Política de Justiça)
- IMI** Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, *per capita*, 2017 (Fonte: Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais))
- VVNEREST** Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (*Restauração*), com atividade, segundo o município do estabelecimento, *per capita*, 2017 (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)

O cálculo das variáveis relativizadas pela população residente<sup>3</sup> foi efetuado com base nas estimativas da população residente do INE, para os municípios, a 31 de dezembro de 2017, considerando a série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011, que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011.

O Quadro 1 apresenta o coeficiente de correlação entre cada par de variáveis de base retidas no modelo.

Correlações entre as variáveis | Quadro 1

	IRS	RDECLIRS	COMTPNAC	VOPRPAG	LEV MULN	CREHABT	GANHTCO	TXURB5	AUTOMOV	VVNECOM	LEV MULINT	COMTPINT	IMT	TPRURB	IMI	VVNEREST
<b>IRS</b>	1															
<b>RDECLIRS</b>	0,94	1														
<b>COMTPNAC</b>	0,78	0,78	1													
<b>VOPRPAG</b>	0,76	0,77	0,80	1												
<b>LEV MULN</b>	0,67	0,73	0,75	0,87	1											
<b>CREHABT</b>	0,71	0,69	0,69	0,64	0,61	1										
<b>GANHTCO</b>	0,70	0,69	0,66	0,66	0,65	0,65	1									
<b>TXURB5</b>	0,60	0,58	0,63	0,58	0,58	0,47	0,44	1								
<b>AUTOMOV</b>	0,50	0,48	0,54	0,50	0,40	0,45	0,37	0,36	1							
<b>VVNECOM</b>	0,45	0,45	0,60	0,56	0,55	0,40	0,50	0,43	0,31	1						
<b>LEV MULINT</b>	0,18	0,14	0,28	0,39	0,33	0,21	0,19	0,06	0,17	0,31	1					
<b>COMTPINT</b>	0,32	0,29	0,42	0,50	0,39	0,29	0,31	0,19	0,31	0,38	0,84	1				
<b>IMT</b>	0,44	0,38	0,45	0,63	0,45	0,37	0,35	0,25	0,31	0,38	0,63	0,71	1			
<b>TPRURB</b>	0,58	0,51	0,58	0,72	0,53	0,52	0,47	0,36	0,42	0,46	0,71	0,77	0,89	1		
<b>IMI</b>	0,47	0,46	0,53	0,66	0,51	0,29	0,37	0,35	0,36	0,43	0,68	0,72	0,74	0,82	1	
<b>VVNEREST</b>	0,51	0,49	0,58	0,70	0,57	0,44	0,46	0,32	0,35	0,43	0,78	0,85	0,78	0,86	0,79	1

O primeiro passo da análise fatorial consiste na extração fatorial a partir das variáveis de base estandardizadas<sup>4</sup> no sentido de evitar enviesamentos resultantes de diferentes unidades de medida e escalas de variação. No EPCC, a extração obedece ao método das componentes principais. As variáveis de base são exatamente explicadas, sem erro, pelo mesmo número de fatores ortogonais, sendo a ideia fundamental da análise fatorial a de concentrar a atenção somente sobre um número reduzido de fatores: isto é, da totalidade de fatores (tantos quantas as variáveis que inicialmente explicam as variáveis), espera-se que um número reduzido (no caso do EPCC, somente dois) seja capaz de explicar uma percentagem elevada da variância das variáveis de base.

<sup>3</sup> A única exceção a esta relativização corresponde à variável *População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população total* (TXURB5) cujo cálculo se baseia integralmente nos dados dos Censos 2011.

<sup>4</sup> Este procedimento corresponde a, para cada valor, subtrair a média aritmética simples da série da respetiva variável e dividir pelo desvio-padrão dessa série, o que preserva a estrutura espacial dos dados e resulta numa distribuição com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1.



No caso do EPCC, estabelecidas as variáveis a incluir na análise, retêm-se os fatores cuja variância foi suscetível de explicar uma maior percentagem da variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de fatores cuja variância se revelou inferior à variância individual de cada variável de base (valor próprio inferior a 1).

Na segunda etapa da análise fatorial, procedeu-se à rotação dos fatores extraídos com o intuito de clarificar a interpretação dos resultados. Trata-se de provocar uma rotação na matriz dos pesos fatoriais retidos (*loadings*) de modo a tornar a respetiva estrutura mais simples. Optou-se por um método de rotação ortogonal, isto é, de um método que mantém a correlação nula entre os fatores extraídos, uma vez que o objetivo essencial da construção do FDR (segundo fator) consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si, sendo desejável manter a ortogonalidade entre eles.

Entre as técnicas alternativas para proceder à rotação ortogonal dos fatores, recorre-se, no caso do EPCC, à rotação *quartimax*, na medida em que minimiza o número de fatores necessários para explicar cada variável, resultando, em geral, na produção de um fator bem correlacionado com a maioria das variáveis (isto é, com a maioria das *proxies* originais do poder de compra), tal como é pretendido neste estudo.

Finalmente, computa-se a matriz dos coeficientes dos *scores*, que permite transformar a matriz  $X$  na matriz  $F$ , através do método da regressão.

No presente estudo, os dois fatores retidos revelam uma capacidade explicativa de 72,4% da variância total das 16 variáveis. O primeiro desses fatores foi interpretado como o poder de compra *per capita* manifestado regularmente nos municípios (base para o IpC) e explica isoladamente (após rotação) 46,3% da variância total das variáveis. O segundo fator, designado Fator Dinamismo Relativo (FDR) e entendido como a dinâmica económica, de manifestação irregular, que subsiste para além da influência do primeiro fator, associa-se à atividade do turismo e explica (após rotação) 26,1% da variância total das variáveis.

O Quadro 2 apresenta, para cada uma das 16 variáveis, a percentagem da sua variância explicada pelo modelo, isto é, pelos dois fatores conjuntamente (comunalidade). Todas as variáveis apresentam uma variância explicada pelo conjunto dos dois fatores aproximadamente igual a 0,4 ou superior.

### Comunalidades dos fatores | Quadro 2

Variáveis		Variância explicada
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,829
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,834
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,817
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,848
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULN	0,726
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,633
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,632
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,529
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,352
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motocicletas), com exceção do grupo 473 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,413
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULINT	0,822
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	0,842
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	0,759
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	0,883
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	0,772
Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (Restauração), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEREST	0,891

Importa ainda analisar, como forma de aferir a qualidade da análise, os coeficientes de correlação entre cada uma das 16 variáveis e cada um dos dois fatores (pesos fatoriais ou *loadings*). Dado que, por construção, os dois fatores são ortogonais, a matriz dos *loadings* coincide com a matriz A (transposta) do modelo. O Quadro 3 é a matriz dos *loadings* (após rotação). No conjunto das 16 variáveis, observa-se que o *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* e o *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado per capita* detêm os coeficientes de correlação mais elevados com o primeiro fator (IpC). Por seu turno, as variáveis que apresentam os coeficientes de correlação mais elevados com o FDR são o *Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos per capita* e o *Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático per capita*.

Matriz dos coeficientes de correlação entre as variáveis e os fatores (*loadings*) Quadro 3

Variáveis		IpC	FDR
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,909	0,058
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,913	0,014
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,891	0,154
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,857	0,338
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULN	0,832	0,184
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,794	0,046
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,793	0,059
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,725	-0,051
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,581	0,121
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos), com exceção do grupo 473 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,598	0,235
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULINT	0,145	0,895
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	0,297	0,868
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	0,409	0,769
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	0,550	0,762
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	0,461	0,748
Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (Restauração), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEREST	0,502	0,799

Por último, o Quadro 4 apresenta o conjunto dos coeficientes que permitem transformar a matriz  $X$  das variáveis, na matriz  $F$  dos fatores, viabilizando assim o cômputo dos dois fatores (IpC e FDR).

Coeficientes dos *scores* | Quadro 4

Variáveis		IpC	FDR
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,156	-0,090
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,162	-0,104
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,142	-0,057
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,114	0,005
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULN	0,127	-0,040
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,137	-0,080
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,135	-0,076
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,136	-0,103
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,090	-0,031
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motocicletas), com exceção do grupo 473 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,079	0,004
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULINT	-0,080	0,267
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	-0,050	0,241
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	-0,018	0,196
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	0,008	0,177
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	-0,006	0,183
Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (Restauração), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEREST	-0,005	0,195

Depois de extraídos os dois fatores com maior poder explicativo, IpC e FDR, importa definir a forma de apresentação dos mesmos. As 16 variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes, pelo que, previamente à análise fatorial, foram estandardizadas. Os fatores obtidos a partir destas variáveis — IpC e FDR — são também originalmente variáveis estandardizadas, isto é, variáveis com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1. Os dois índices são, assim, suscetíveis de transformações lineares, isto é, mudanças de escala, sem que isso altere o seu significado. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes uma média e um desvio-padrão. Nas diferentes versões do EPCC, tem-se procedido do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois fatores:

- ▶ no caso do IpC, procede-se a uma transformação linear que consiste em assegurar que este tem o valor 100 para o país (obtido pela média ponderada pelo peso demográfico dos municípios) e que tem um coeficiente de variação (dado pelo rácio do desvio-padrão relativamente à média aritmética simples) igual ao de uma variável convencionalmente escolhida, em relação à qual se assume estar associada uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária;
- ▶ o FDR é apresentado como variável estandardizada, tal como resulta da análise fatorial, tendo média 0 e desvio-padrão 1.

À semelhança do ocorrido nas oito edições anteriores do EPCC, recorreu-se ao coeficiente de variação do *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* para a construção final do IpC. Esta decisão foi tomada no sentido de se manterem as opções metodológicas entre edições e por se tratar de uma variável que apresenta uma correlação elevada com o IpC [Quadro 3].

O coeficiente de variação utilizado para estabelecer a escala de medida do IpC foi, assim, de 0,229.

Além dos dois indicadores já mencionados (IpC e FDR), no âmbito deste estudo, procedeu-se ao cálculo de um terceiro indicador, designado de Percentagem de Poder de Compra (PPC). Com este indicador, pretende-se observar a concentração do poder de compra manifestado regularmente nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra dependem, não só do poder de compra *per capita* dos indivíduos, mas também da distribuição espacial da população. Assim, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

Importa sublinhar que o peso de cada território no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida selecionado para o índice IpC (e, portanto, com o coeficiente de variação) de onde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração do poder de compra, devem ser efetuadas e interpretadas com algum cuidado, dado que também refletem a escala convencional utilizada na medida do IpC.

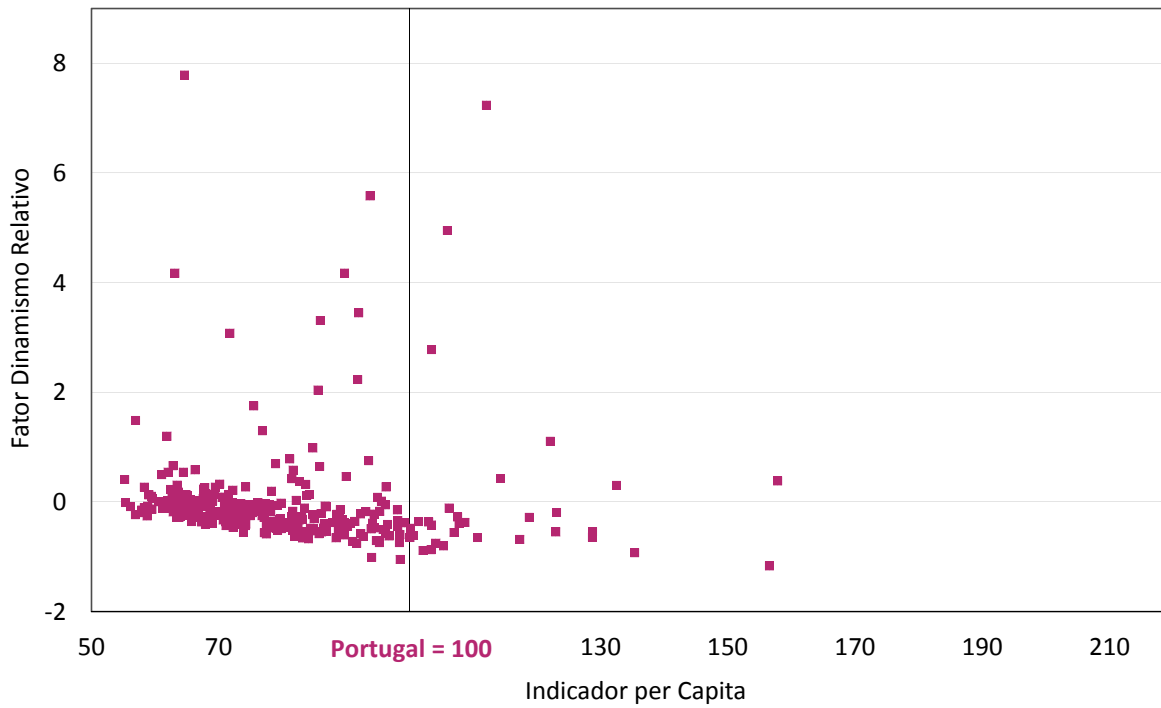
Refira-se, ainda, que o cômputo do IpC e do FDR para as regiões NUTS I, II e III e para o país resulta também da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados. No caso da PPC, a obtenção desses agregados resulta da soma dos respetivos valores municipais.

Por fim, recorde-se que a metodologia adotada no EPCC é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra em determinado momento do tempo, mas ajusta-se menos bem a comparações temporais. No entanto, a análise inter-temporal recorrendo aos indicadores do presente estudo pode realizar-se através da transformação da respetiva escala de medida para uma escala ordinal.

Previamente à análise de resultados, a Figura 1 apresenta a posição dos 308 municípios portugueses por referência aos dois indicadores resultantes do modelo fatorial do EPCC para o ano de 2017: o Indicador per Capita (IpC) e o Fator Dinamismo Relativo (FDR).

Indicador per Capita e Fator Dinamismo Relativo  
registados nos municípios, 2017

Figura 1



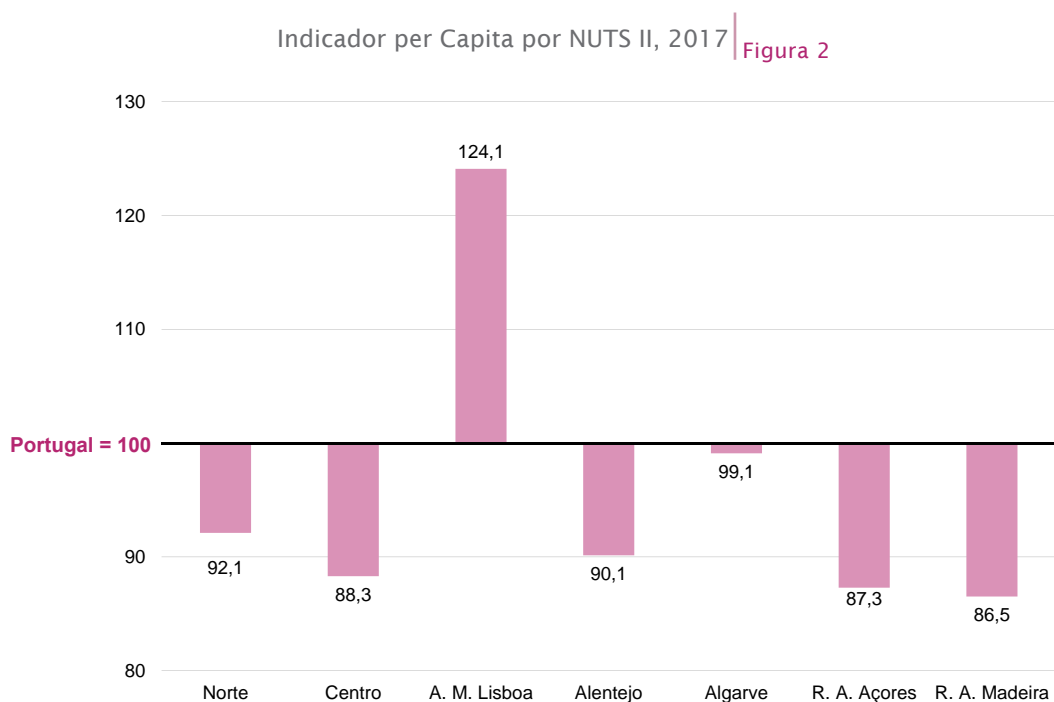


## 2. ANÁLISE DE RESULTADOS

### 2.1. INDICADOR PER CAPITA

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra tem por base o fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 46,3% da variância total das variáveis de base. Este indicador pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, e resulta de uma matriz de 16 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2017. À semelhança do ocorrido nas oito versões anteriores do EPCC, tomou-se para coeficiente de variação do IpC o da variável *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita*, permitindo assim a construção final deste indicador que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A leitura dos resultados do IpC para 2017 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,7 para o Continente e era, respetivamente, de 87,3 e 86,5 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A Área Metropolitana de Lisboa (124,1) constituía a única região NUTS II com um valor acima do poder de compra *per capita* médio nacional. O Algarve (99,1) apresentava um resultado próximo da média nacional. As três restantes regiões continentais — Norte, Alentejo e Centro— registavam índices de poder de compra *per capita* relativamente próximos: 92,1 para a região Norte, 90,1 para a região Alentejo e 88,3 para a região Centro [Figura 2].

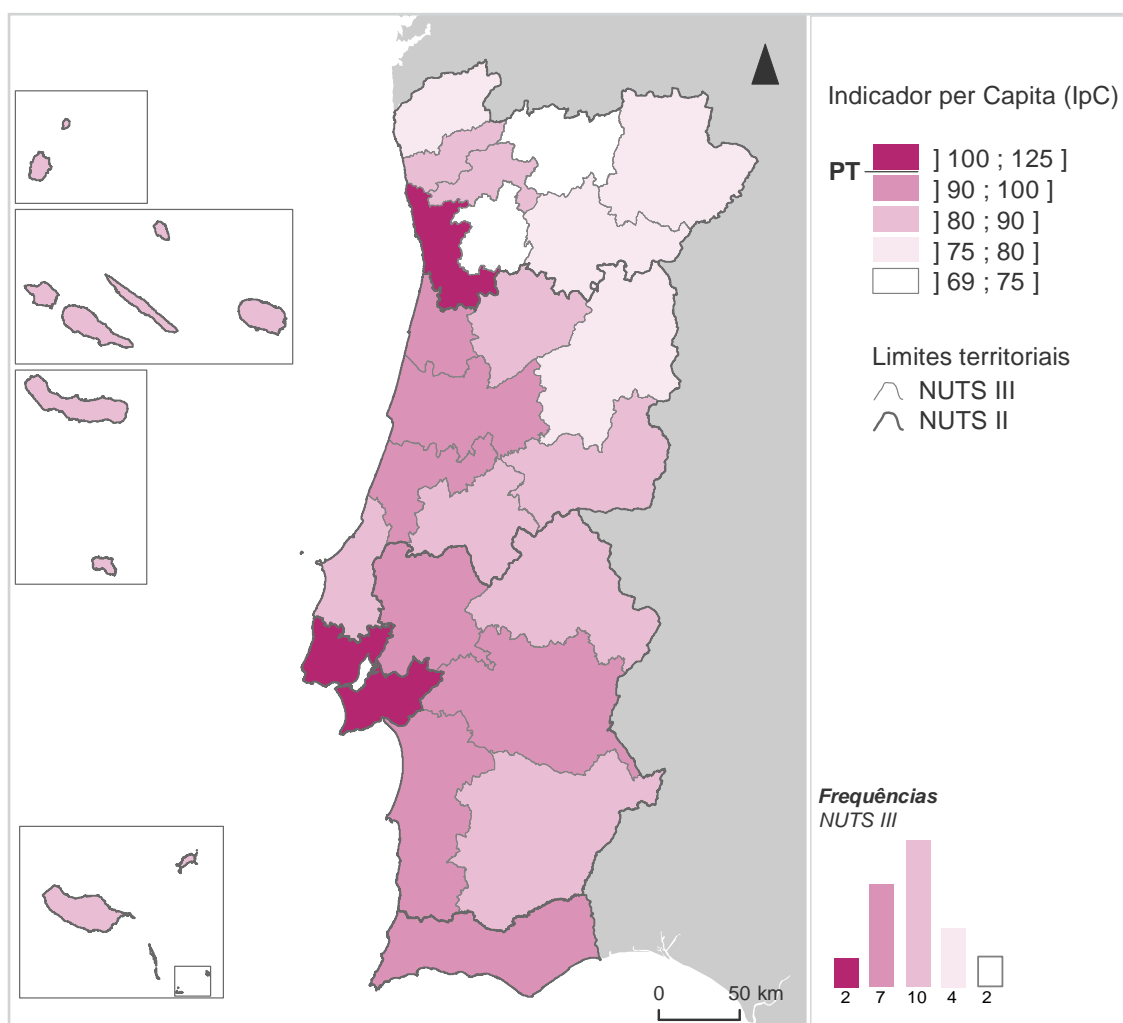


A observação dos desempenhos das 25 sub-regiões NUTS III portuguesas, medidos por este indicador, revela que apenas as duas áreas metropolitanas registavam um valor acima da média nacional: 124,1 na Área Metropolitana de Lisboa e 104,4 na Área Metropolitana do Porto.

Os menores valores de IpC situavam-se em sub-regiões do Norte e do Centro: Alto Tâmega (69,5), Tâmega e Sousa (73,0), Douro (76,1), Beiras e Serra da Estrela (78,5), Terras de Trás-os-Montes (79,5) e Alto Minho (79,6). Nestas seis sub-regiões, o poder de compra *per capita* médio não atingia 80% do valor médio nacional. Seguiam-se as sub-regiões Viseu Dão Lafões (80,0), Ave (84,9) e Baixo Alentejo (85,3).

A partir da Figura 3, é possível observar também que o poder de compra *per capita* era tendencialmente mais elevado no Litoral continental e, por oposição, mais reduzido no Interior (sobretudo, Norte e Centro). Refira-se que o Alentejo Central (94,4) integrava o conjunto das nove sub-regiões com poder de compra *per capita* superior a 90% da média nacional.

Indicador per Capita por NUTS III, 2017 | Figura 3



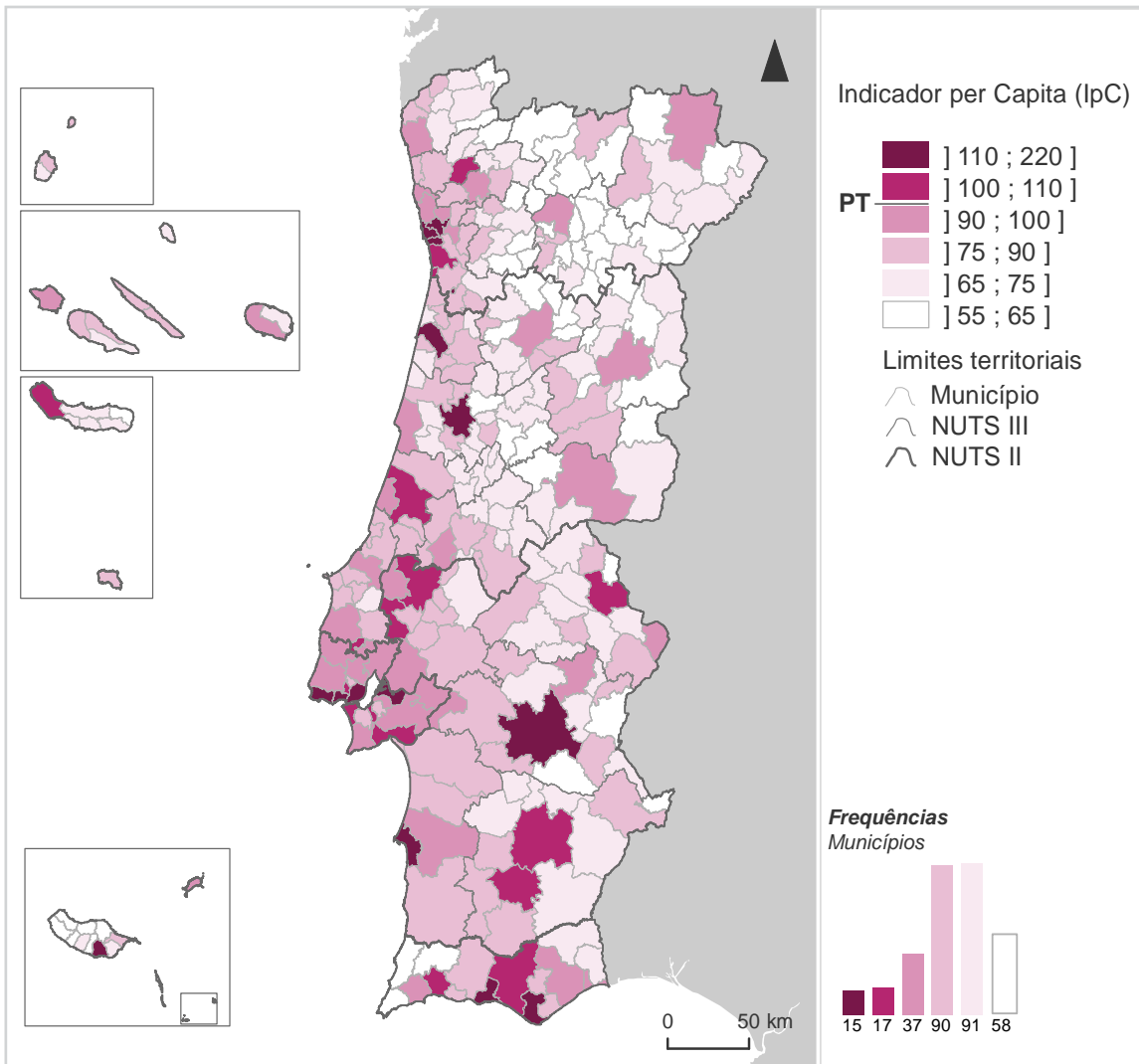


Em 2017, o poder de compra *per capita* situava-se acima da média nacional em apenas 32 dos 308 municípios portugueses. A Figura 4 destaca os valores de IpC mais elevados verificados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto. Com efeito, o município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (219,63), sendo o único município a mais do que duplicar o índice nacional. Porém, nas 15 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda mais três municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Oeiras (156,53), Cascais (122,11) e Alcochete (118,78). No território metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (157,82), de São João da Madeira (135,36), de Matosinhos (122,96) e da Maia (110,66).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam um poder de compra *per capita* superior à média nacional, com relevância para Faro (132,50), Coimbra (128,71), Aveiro (123,09) e Évora (117,31). Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente. Evidenciavam-se, ainda, os municípios de Sines (128,74), no Alentejo Litoral, do Funchal (114,28), na Região Autónoma da Madeira, e de Albufeira (112,04), no Algarve.

A Figura 4 permite ainda destacar um conjunto adicional de 17 municípios cujo IpC se posicionava acima da média nacional (entre 100 e 110). Para além de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente Almada, Setúbal, Amadora e Barreiro, destacavam-se também municípios correspondentes a capitais de distrito como Ponta Delgada, Braga, Beja, Portalegre, Leiria e Santarém. Finalmente, emergia um conjunto de municípios dispersos, com valores acima da média nacional 100 — Azambuja (na Lezíria do Tejo), Loulé e Portimão (no Algarve), Sobral de Monte Agraço (no Oeste), Espinho e Vila Nova de Gaia (na Área Metropolitana do Porto) e Castro Verde (no Baixo Alentejo).

Indicador per Capita por município, 2017 | Figura 4



Na Área Metropolitana de Lisboa, cujo território corresponde simultaneamente aos níveis 2 e 3 da NUTS, 10 dos 18 municípios apresentavam um poder de compra que se situava abaixo da média nacional, destacando-se a Moita (81,95), Odivelas (89,30) e Seixal (89,69) por serem os municípios desta região com um poder de compra manifestado inferior a 90% da média nacional. Por outro lado, apenas dois municípios registavam um valor superior à média metropolitana (124,10): Lisboa (219,63) e Oeiras (156,53), o que significa que seis dos 18 municípios integrados na Área Metropolitana de Lisboa apresentavam um poder de compra abaixo da média metropolitana mas acima da média nacional.

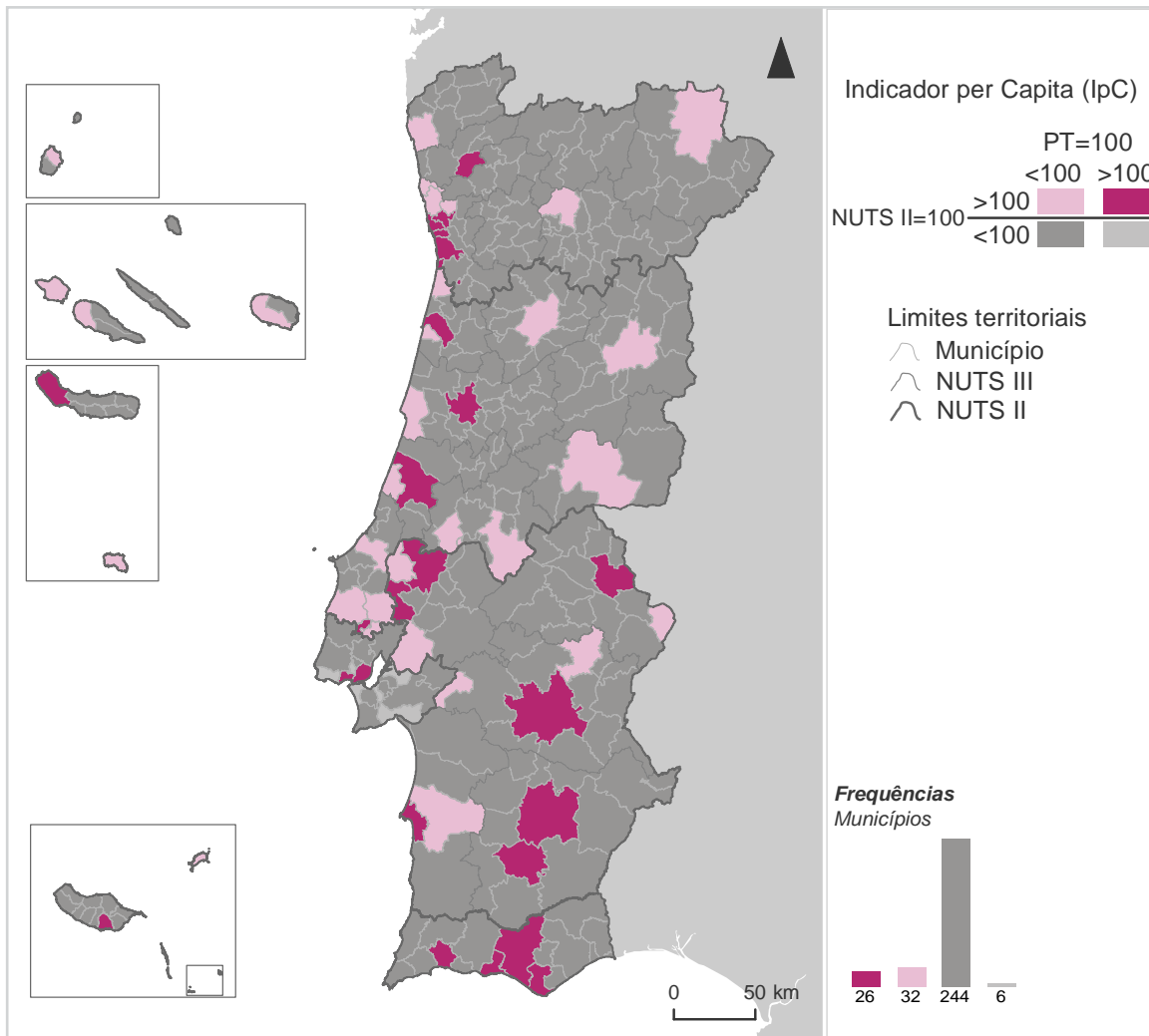
A Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de IpC (104,43) aquém do valor da Área Metropolitana de Lisboa (124,10) mas acima da média nacional. Entre os seis municípios que se situavam acima da média nacional, quatro superavam também a média metropolitana – Porto (157,82), São João da Madeira (135,36), Matosinhos (122,96) e Maia (110,66) –, enquanto Espinho registava um índice de poder de compra de 103,00 e Vila Nova de Gaia um índice de 100,11. Entre os 11 municípios da Área Metropolitana do Porto com um poder de compra *per capita* abaixo da média nacional, encontravam-se os municípios de Arouca e de Paredes com um índice de poder de compra de 70,77 e de 79,82, respetivamente.

No conjunto do território nacional, 149 municípios (48% do número total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra *per capita* manifestado, cinco pertenciam ao Interior da região Norte (distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes), quatro à Região Autónoma da Madeira e um à região Centro.

A Figura 5 permite analisar o IpC obtido nos municípios tendo por referência, em simultâneo, os contextos nacional e regional, possibilitando a avaliação do grau de coesão intrarregional e a identificação dos municípios que se evidenciavam no respetivo contexto regional.

Nesta perspetiva, importa atender à forma como, em 2017, os 308 municípios nacionais se distribuíam, em função dos contextos nacional e regional. Assim, 26 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional. Na região Norte, para além de seis municípios na Área Metropolitana do Porto, evidenciava-se o município de Braga. Na região Centro, além de três capitais de distrito (Coimbra, Aveiro e Leiria), destacava-se o município de Sobral de Monte Agraço. Ao sul, Lisboa e Oeiras eram os únicos municípios da

Indicador per Capita por município  
contextualizado nas regiões NUTS II, 2017 | Figura 5



Área Metropolitana de Lisboa que ultrapassavam, em simultâneo, as médias nacional e regional. No Alentejo, além das quatro capitais de distrito (Évora, Beja, Portalegre e Santarém), salientava-se um conjunto adicional de três municípios: Sines, Azambuja e Castro Verde. No Algarve eram os municípios de Faro, Albufeira, Loulé e Portimão que sobressaíam, simultaneamente, nos contextos regional e nacional, enquanto nas regiões autónomas apenas Funchal e Ponta Delgada ultrapassavam ambos os limiares.

Em 32 municípios o poder de compra *per capita* manifestado em 2017 ficava aquém da média nacional, mas acima da média regional — correspondiam maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro (14 municípios), mas também das regiões Norte e Alentejo (6 cada uma), da Região Autónoma dos Açores (5) e da Região Autónoma da Madeira (1).

Em suma, apenas em 58 municípios (menos de um quinto do total) era superada a média regional, independentemente de ser ultrapassada, ou não, em simultâneo, a média nacional. A proporção de municípios nesta situação por região situava-se entre 11%, na Área Metropolitana de Lisboa, e 32%, na Região Autónoma dos Açores.

Cerca de 80% dos municípios do país (244) revelavam um poder de compra *per capita*, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional – ao nível das regiões NUTS II, esta proporção variava entre 56%, na Área Metropolitana de Lisboa, e 85%, na região Norte.

Por último, seis municípios, todos integrados na Área Metropolitana de Lisboa, apresentavam um poder de compra *per capita* acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (124,10): Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais e Setúbal. Apenas se encontravam nestas condições municípios da NUTS II Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que esta era a única região NUTS II com um valor acima da média nacional.

## 2.2. PERCENTAGEM DE PODER DE COMPRA

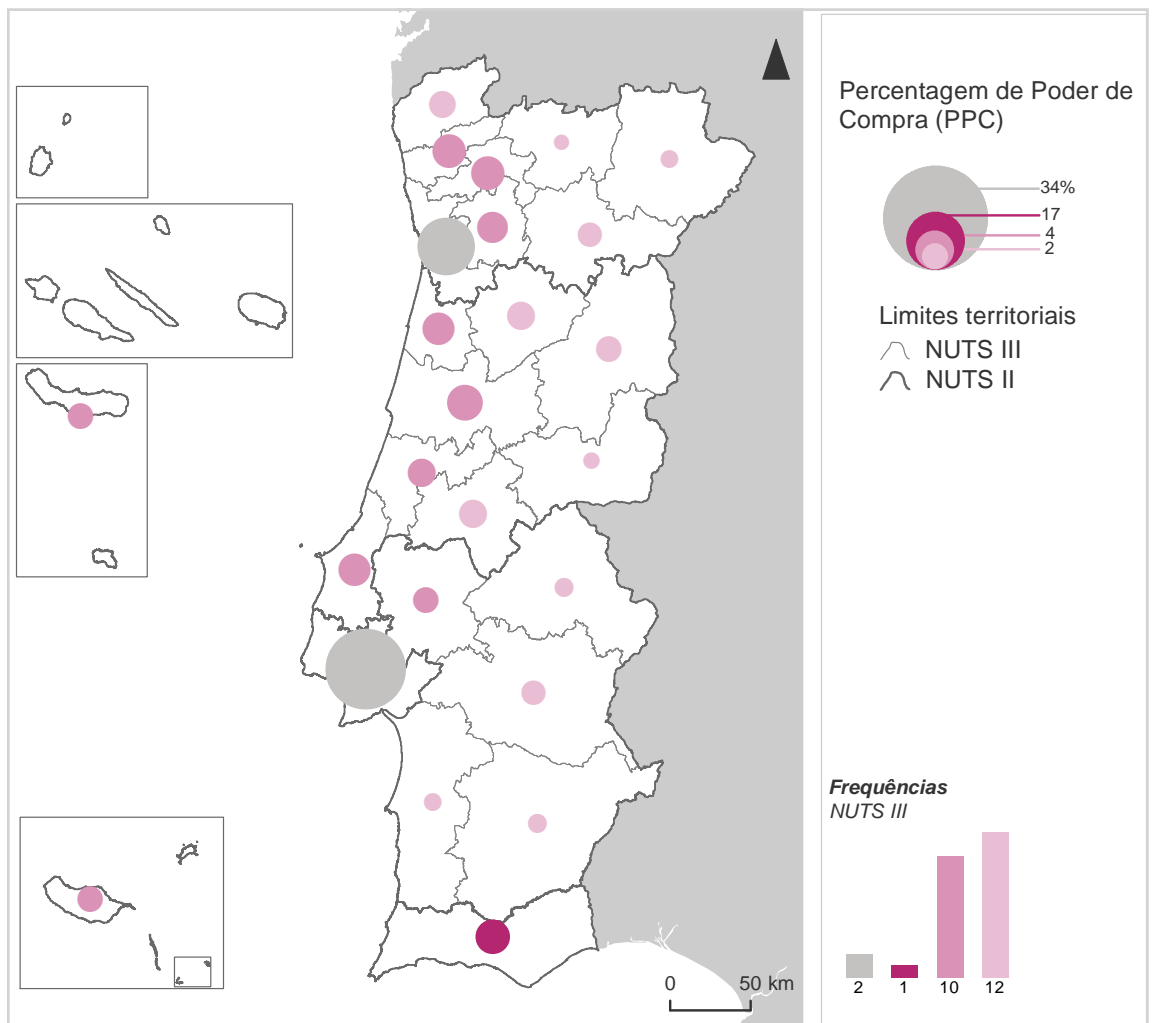
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita (IpC) — e reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

Neste sentido, uma unidade territorial pode concentrar uma proporção significativa do poder de compra nacional, ainda que não tenha um valor de IpC elevado, se concentrar um efetivo populacional elevado, na medida em que a distribuição espacial da PPC resulta do efeito conjugado das concentrações espaciais do IpC e da população.

Por outro lado, o peso de cada território no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida selecionado para o índice IpC de onde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração do poder de compra, devem ser efetuadas e interpretadas com algum cuidado, dado que também refletem a escala convencional usada na medida do IpC. Com estas reservas, entende-se que a leitura deste indicador pode revestir-se de algum valor acrescentado.

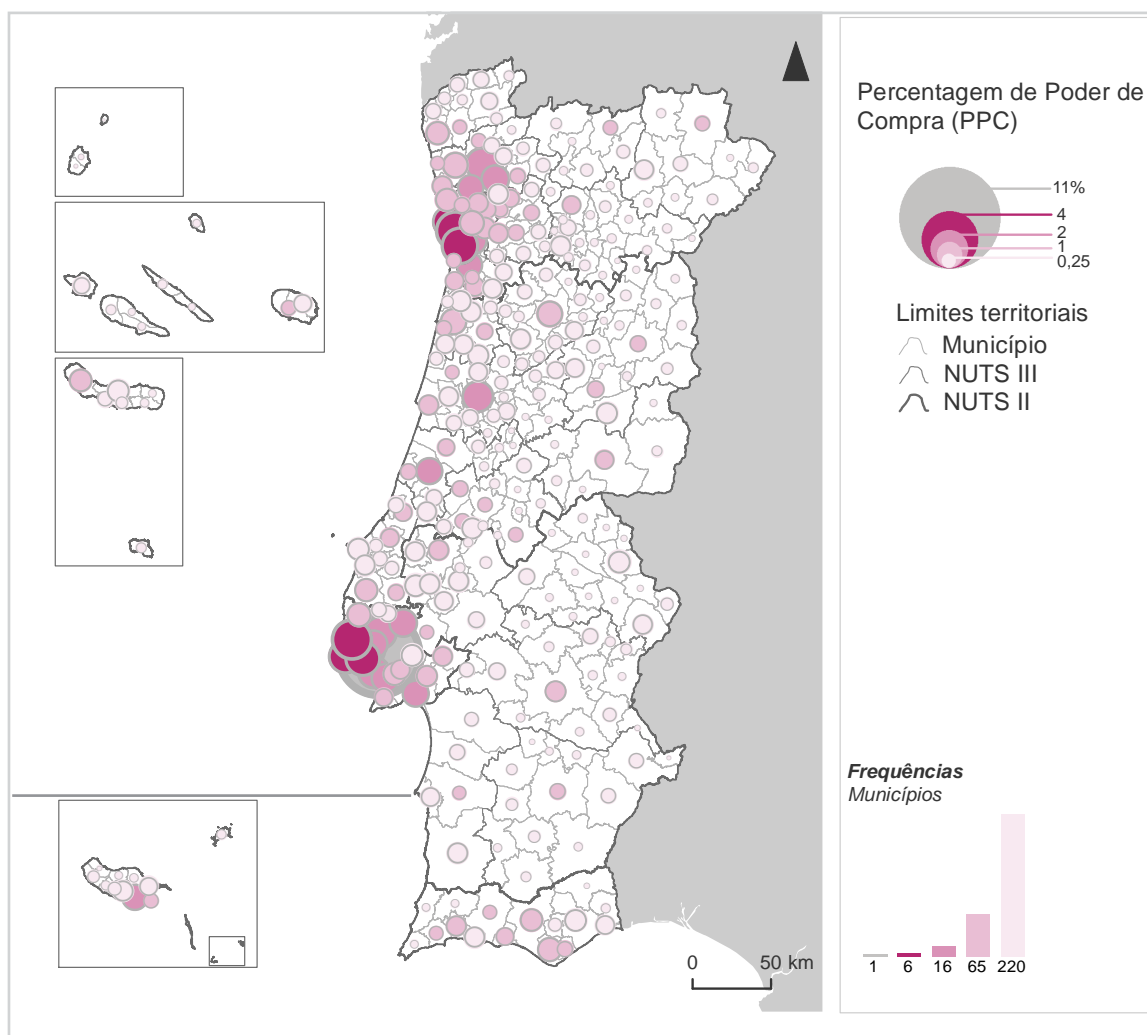
A estrutura regional da PPC em 2017 revelava que as regiões NUTS II Área Metropolitana de Lisboa e Norte concentravam dois terços (66,2%) do poder de compra manifestado regularmente no país. Para este resultado, contribuía de forma mais decisiva a própria Área Metropolitana de Lisboa (34%), simultaneamente região NUTS de nível 2 e 3, e a Área Metropolitana do Porto (17%). No conjunto, os dois territórios metropolitanos representavam mais de metade (51,6%) do poder de compra manifestado no território nacional. A Figura 6 permite, adicionalmente, constatar que o poder de compra se concentrava de forma mais intensa nas regiões do Litoral continental. Por outro lado, as sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior das regiões Norte e Centro: por ordem crescente, Alto Tâmega, Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuía, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Percentagem de Poder de Compra por NUTS III, 2017 | Figura 6



Ao nível municipal, Lisboa destacava-se no contexto nacional ao representar 11 % do poder de compra total. Em 2017, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, que era o segundo município a concentrar mais poder compra, com 3,5%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Odivelas, Vila Franca de Xira e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra, e Leiria). Os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira), de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) ainda faziam parte deste conjunto [Figura 7].

Percentagem de Poder de Compra por município, 2017 | Figura 7



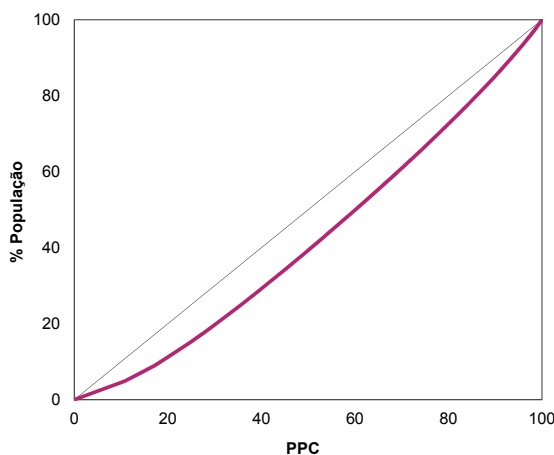
Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores), Barrancos (Baixo Alentejo) e Porto Moniz (Região Autónoma da Madeira), detendo individualmente menos de 0,015% do poder de compra nacional.



A curva de Lorenz representada na Figura 8 permite avaliar o grau de concentração do poder de compra pela população residente<sup>5</sup> e sugere uma repartição relativamente equitativa da percentagem de poder de compra pelos municípios portugueses, considerando a sua dimensão demográfica. O índice de Gini, que permite quantificar<sup>6</sup> este resultado, revela uma concentração de 10,8%. Os resultados do cálculo do índice de Gini, para as sete regiões NUTS II do país, tendo por base os respetivos municípios, revelam que apenas na Área Metropolitana de Lisboa (15,4%) e na Região Autónoma da Madeira (13,3%) se verificava um nível de concentração superior ao valor nacional; seguiam-se a região Norte (8,9%), a Região Autónoma dos Açores (8,1%), a região Algarve (7,5%) e, com um índice de Gini mais baixo, as regiões Centro e Alentejo (com 7,1% e 6,6%, respetivamente).

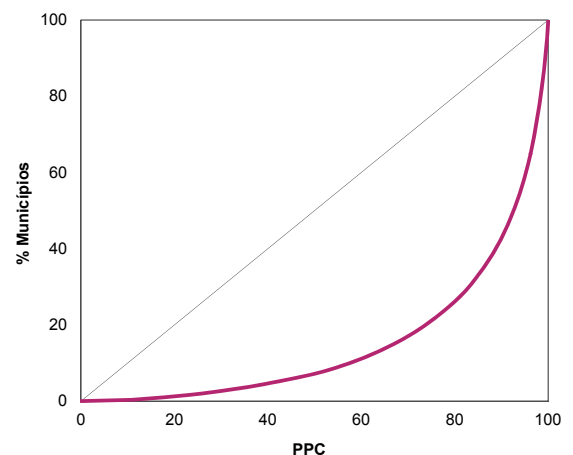
Concentração da Percentagem de Poder de Compra pela população residente nos municípios, 2017

Figura 8



Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2017

Figura 9



A Figura 9 reflete a concentração do poder de compra pelos 308 municípios portugueses, permitindo constatar que, em 2017, cerca de 7% (22) e 21% (64) dos municípios concentravam, respetivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional. Estes resultados suportam a leitura de que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

<sup>5</sup> Quanto mais afastada da diagonal (reta de igual distribuição) estiver a curva de concentração (de Lorenz), maior será o grau de concentração do poder de compra entre a população residente e, portanto, mais elevado será o índice de Gini.

<sup>6</sup> O índice de Gini foi calculado com base na seguinte formulação:

$$IG = \left( \frac{1}{2} \sum_{j=1}^m |x_j - y_j| \right) \times 100$$

em que:  $x_j$  corresponde ao rácio entre a população residente no município  $j$  e a população residente total da região;  $y_j$  corresponde à proporção de poder de compra no município  $j$  relativamente ao poder de compra da região.



### 2.3. FATOR DINAMISMO RELATIVO

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 26,1% da variância total das variáveis de base. O FDR pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística associados à dinâmica económica que persiste na informação de base para além da refletida no primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita do poder de compra.

Assim, o objetivo essencial da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, assim, sublinhar que um valor baixo assumido no FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado de forma regular. Esta leitura decorre, fundamentalmente, da opção por um método de rotação ortogonal, isto é, de um método que mantém a correlação nula entre os fatores extraídos, conforme explicitado na exposição metodológica.

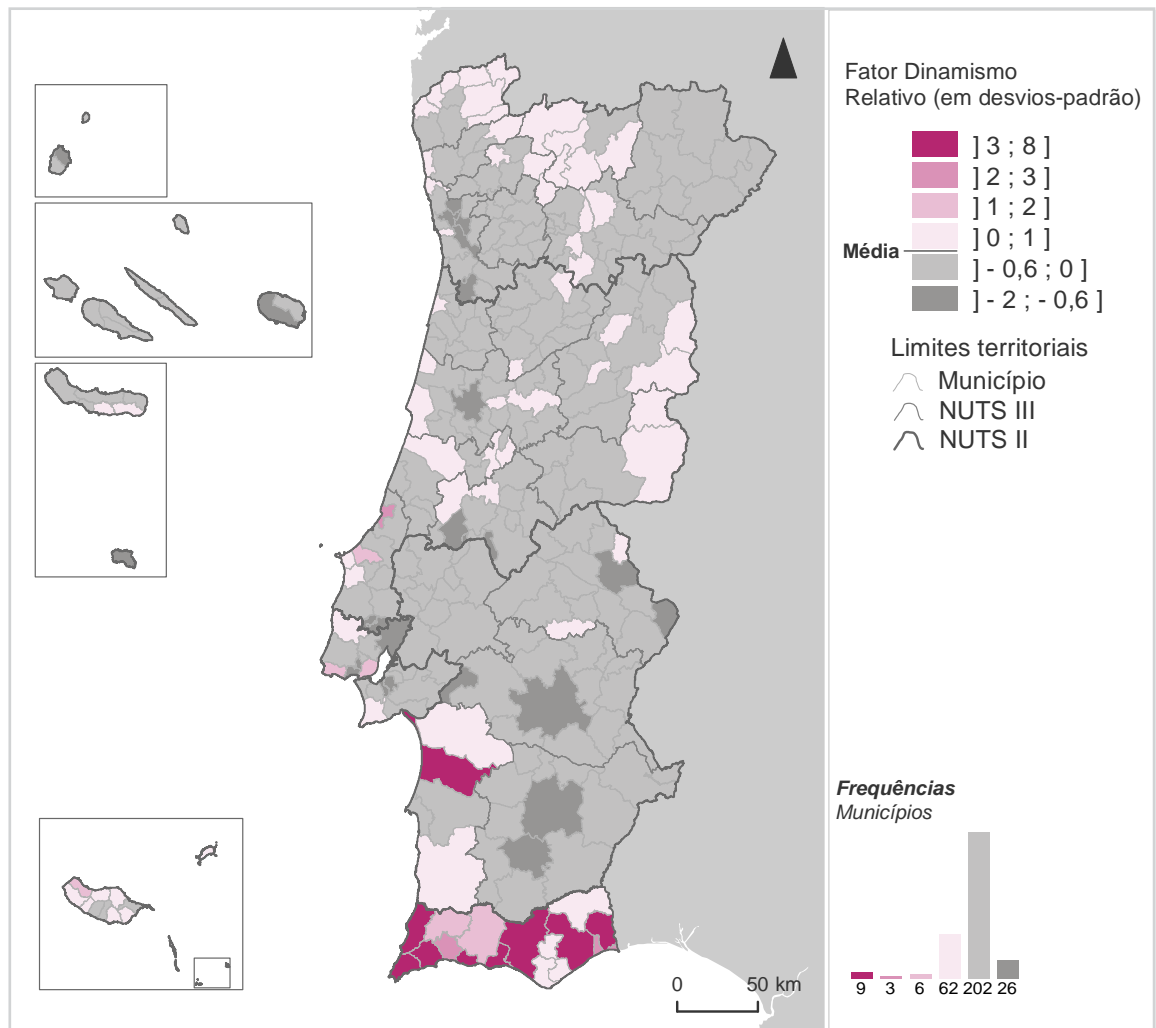
O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal. Tal como o IpC, o FDR é extraído a partir da matriz de 16 variáveis de base maioritariamente reportadas ao ano de 2017.

A análise por município confirma, tal como nas edições anteriores do estudo, a relevância da manifestação irregular do poder de compra no Algarve. De facto, em 2017, dos 18 municípios com um FDR superior a 1 desvio-padrão da distribuição, 12 municípios situavam-se naquela região: Vila do Bispo, Albufeira, Lagos, Loulé, Lagoa, Aljezur, Tavira, Castro Marim, Portimão, Vila Real de Santo António, Silves e Monchique [Figura 10]. De entre estes municípios, Vila do Bispo e Albufeira destacavam-se claramente, apresentando um FDR superior a 7 desvios-padrão.

Os municípios de Grândola (3,310), no Alentejo Litoral, da Nazaré (2,040) e de Óbidos (1,752), ambos na sub-região Oeste, Porto Moniz (1,486), na Região Autónoma da Madeira, e de Lisboa (1,287) e Cascais (1,109), na Área Metropolitana de Lisboa, completavam o conjunto dos 18 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2017.

Com valores no FDR situados entre 0,5 e 1, encontrava-se um conjunto adicional de 10 municípios — São Brás de Alportel e Olhão (Algarve), Porto Santo e Calheta (Região Autónoma da Madeira), Caminha, Ponte da Barca e Melgaço (Alto Minho), Peniche (Oeste), Povoação (Região Autónoma dos Açores) e Odemira (Alentejo Litoral).

Fator Dinamismo Relativo por município, 2017 | Figura 10



No outro extremo, com resultados menos significativos no FDR em 2017, encontravam-se alguns grandes centros urbanos, incluindo municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Oeiras e Vila Franca de Xira) e do Porto (São João da Madeira e Valongo), capitais de distrito do Interior continental e das ilhas, como Beja, Portalegre e Angra do Heroísmo, mas também outros municípios do Alentejo (Campo Maior, Castro Verde e Vendas Novas), do Médio Tejo (Entroncamento) e do Oeste (Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos). Este conjunto de 13 municípios apresentava valores de FDR inferiores a -0,7.

Importa sublinhar, igualmente, a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2017. Nesta perspetiva, merecem destaque os municípios do Algarve, sobretudo Albufeira, Loulé e Portimão, mas também Lisboa, Cascais e Funchal. Estes seis municípios estão nos primeiros 10% das distribuições do IpC e do FDR, simultaneamente.



## QUADROS DE RESULTADOS





IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 | Quadro 5 (continua)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Portugal	100,00	100,000	-0,059
Continente	100,67	95,793	-0,060
<b>NORTE</b>	<b>92,11</b>	<b>32,008</b>	<b>-0,325</b>
<b>Alto Minho</b>	<b>79,65</b>	<b>1,797</b>	<b>0,099</b>
Arcos de Valdevez	67,78	0,139	0,264
Caminha	78,91	0,122	0,698
Melgaço	62,02	0,050	0,542
Monção	70,16	0,123	0,324
Paredes de Coura	66,39	0,056	-0,018
Ponte da Barca	64,43	0,071	0,545
Ponte de Lima	71,04	0,288	-0,029
Valença	82,66	0,107	0,375
Viana do Castelo	93,09	0,769	-0,177
Vila Nova de Cerveira	84,24	0,073	0,136
<b>Cávado</b>	<b>89,89</b>	<b>3,528</b>	<b>-0,360</b>
Amares	70,88	0,125	-0,002
Barcelos	78,87	0,897	-0,393
Braga	106,97	1,885	-0,555
Esposende	83,83	0,277	0,117
Terras de Bouro	63,16	0,040	0,204
Vila Verde	66,79	0,305	-0,090
<b>Ave</b>	<b>84,87</b>	<b>3,413</b>	<b>-0,332</b>
Cabeceiras de Basto	65,41	0,101	0,031
Fafe	75,25	0,355	-0,196
Guimarães	91,39	1,361	-0,352
Mondim de Basto	59,55	0,041	0,064
Póvoa de Lanhoso	69,43	0,145	0,269
Vieira do Minho	67,24	0,079	-0,052
Vila Nova de Famalicão	88,79	1,138	-0,505
Vizela	84,08	0,194	-0,567
<b>A. M. Porto</b>	<b>104,43</b>	<b>17,450</b>	<b>-0,405</b>
Arouca	70,77	0,145	-0,221
Espinho	103,00	0,296	-0,364
Gondomar	84,09	1,353	-0,671
Maia	110,66	1,471	-0,648
Matosinhos	122,96	2,076	-0,545
Oliveira de Azeméis	83,14	0,535	-0,657
Paredes	79,82	0,668	-0,485
Porto	157,82	3,291	0,383
Póvoa de Varzim	95,53	0,579	0,015
Santa Maria da Feira	84,82	1,142	-0,491
Santo Tirso	85,75	0,571	-0,578
São João da Madeira	135,36	0,284	-0,925
Trofa	92,70	0,345	-0,631
Vale de Cambra	86,89	0,182	-0,538
Valongo	91,66	0,854	-0,756
Vila do Conde	96,17	0,742	-0,050
Vila Nova de Gaia	100,11	2,917	-0,479

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
<b>Alto Tâmega</b>	<b>69,49</b>	<b>0,589</b>	<b>0,028</b>
Boticas	59,00	0,029	0,129
Chaves	79,15	0,304	-0,062
Montalegre	62,42	0,056	0,228
Ribeira de Pena	63,27	0,037	0,051
Valpaços	59,42	0,087	0,102
Vila Pouca de Aguiar	63,51	0,075	0,023
<b>Tâmega e Sousa</b>	<b>73,02</b>	<b>2,971</b>	<b>-0,337</b>
Amarante	71,82	0,374	-0,199
Baião	58,19	0,108	-0,196
Castelo de Paiva	65,71	0,100	-0,358
Celorico de Basto	56,11	0,105	-0,084
Cinfães	56,87	0,103	-0,233
Felgueiras	81,62	0,450	-0,517
Lousada	71,09	0,324	-0,360
Marco de Canaveses	74,12	0,374	-0,364
Paços de Ferreira	79,35	0,437	-0,420
Penafiel	78,91	0,537	-0,357
Resende	59,49	0,060	-0,127
<b>Douro</b>	<b>76,12</b>	<b>1,421</b>	<b>-0,196</b>
Alijó	63,59	0,067	0,183
Armamar	63,32	0,036	0,121
Carrazeda de Ansiães	62,99	0,035	-0,034
Freixo de Espada à Cinta	63,15	0,021	-0,154
Lamego	81,44	0,199	-0,272
Mesão Frio	69,49	0,027	-0,180
Moimenta da Beira	66,29	0,063	0,022
Murça	61,17	0,033	-0,114
Penedono	62,09	0,016	-0,048
Peso da Régua	82,46	0,128	-0,272
Sabrosa	61,93	0,036	0,021
Santa Marta de Penaguião	58,73	0,038	-0,253
São João da Pesqueira	64,59	0,045	-0,134
Sernancelhe	58,81	0,031	-0,108
Tabuaço	55,32	0,032	-0,010
Tarouca	63,44	0,048	-0,105
Torre de Moncorvo	62,31	0,047	-0,111
Vila Nova de Foz Côa	68,01	0,044	-0,077
Vila Real	98,13	0,476	-0,438
<b>Terras de Trás-os-Montes</b>	<b>79,55</b>	<b>0,839</b>	<b>-0,280</b>
Alfândega da Fé	66,03	0,029	-0,281
Bragança	96,50	0,316	-0,407
Macedo de Cavaleiros	73,49	0,105	-0,289
Miranda do Douro	72,66	0,049	-0,061
Mirandela	83,00	0,177	-0,287
Mogadouro	67,93	0,057	-0,267
Vila Flor	62,36	0,037	-0,099
Vimioso	62,28	0,025	-0,102
Vinhais	57,89	0,045	-0,145



IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
<b>CENTRO</b>	<b>88,30</b>	<b>19,145</b>	<b>-0,232</b>
<b>Oeste</b>	<b>89,40</b>	<b>3,107</b>	<b>0,020</b>
Alcobaça	86,72	0,456	-0,072
Alenquer	89,22	0,377	-0,364
Arruda dos Vinhos	91,00	0,132	-0,719
Bombarral	83,46	0,102	-0,111
Cadaval	70,83	0,094	-0,230
Caldas da Rainha	98,05	0,492	-0,142
Lourinhã	78,29	0,195	0,197
Nazaré	85,59	0,119	2,040
Óbidos	75,49	0,086	1,752
Peniche	85,85	0,223	0,647
Sobral de Monte Agraço	103,37	0,105	-0,869
Torres Vedras	95,29	0,727	-0,170
<b>Região de Aveiro</b>	<b>91,61</b>	<b>3,232</b>	<b>-0,289</b>
Águeda	86,49	0,389	-0,477
Albergaria-a-Velha	84,46	0,199	-0,527
Anadia	78,68	0,211	-0,348
Aveiro	123,09	0,929	-0,191
Estarreja	82,05	0,208	-0,472
Ílhavo	88,55	0,331	-0,223
Murtosa	69,26	0,069	0,137
Oliveira do Bairro	79,70	0,185	-0,306
Ovar	88,90	0,469	-0,275
Sever do Vouga	74,00	0,083	-0,326
Vagos	72,12	0,159	-0,013
<b>Região de Coimbra</b>	<b>93,69</b>	<b>3,978</b>	<b>-0,286</b>
Arganil	68,20	0,074	0,036
Cantanhede	79,79	0,274	-0,022
Coimbra	128,71	1,678	-0,641
Condeixa-a-Nova	77,91	0,133	-0,468
Figueira da Foz	94,96	0,548	0,086
Góis	63,97	0,024	-0,016
Lousã	80,57	0,135	-0,458
Mealhada	86,91	0,169	-0,088
Mira	72,20	0,084	0,216
Miranda do Corvo	67,32	0,084	-0,364
Montemor-o-Velho	70,98	0,175	-0,277
Mortágua	74,13	0,064	-0,091
Oliveira do Hospital	74,52	0,142	-0,151
Pampilhosa da Serra	64,57	0,026	-0,240
Penacova	63,71	0,087	-0,284
Penela	69,97	0,037	-0,210
Soure	70,67	0,120	-0,326
Tábua	68,63	0,077	-0,134
Vila Nova de Poiares	70,54	0,048	0,088

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
<b>Região de Leiria</b>	<b>92,24</b>	<b>2,566</b>	<b>-0,303</b>
Alvaiázere	66,51	0,043	-0,113
Ansião	73,46	0,088	-0,030
Batalha	84,76	0,131	-0,233
Castanheira de Pêra	65,62	0,017	-0,007
Figueiró dos Vinhos	65,48	0,036	0,045
Leiria	103,43	1,259	-0,419
Marinha Grande	98,49	0,369	-0,596
Pedrógão Grande	67,94	0,023	0,148
Pombal	82,15	0,418	0,032
Porto de Mós	80,18	0,183	-0,377
<b>Viseu Dão Lafões</b>	<b>80,04</b>	<b>1,980</b>	<b>-0,215</b>
Aguiar da Beira	67,42	0,032	-0,078
Carregal do Sal	70,92	0,065	-0,068
Castro Daire	64,77	0,089	-0,201
Mangualde	82,42	0,151	-0,406
Nelas	77,10	0,099	-0,280
Oliveira de Frades	77,49	0,075	-0,460
Penalva do Castelo	58,36	0,041	-0,172
Santa Comba Dão	71,47	0,074	0,039
São Pedro do Sul	68,74	0,105	-0,215
Sátão	61,87	0,071	-0,015
Tondela	74,95	0,196	-0,251
Vila Nova de Paiva	62,65	0,029	0,072
Viseu	94,41	0,894	-0,221
Vouzela	63,97	0,061	-0,260
<b>Beira Baixa</b>	<b>85,41</b>	<b>0,679</b>	<b>-0,357</b>
Castelo Branco	95,84	0,491	-0,500
Idanha-a-Nova	67,63	0,055	0,238
Oleiros	63,59	0,032	-0,242
Penamacor	60,56	0,029	0,006
Proença-a-Nova	68,97	0,050	-0,390
Vila Velha de Ródão	71,74	0,022	-0,207
<b>Médio Tejo</b>	<b>85,63</b>	<b>1,952</b>	<b>-0,327</b>
Abrantes	89,19	0,311	-0,586
Alcanena	86,08	0,108	-0,208
Constância	83,05	0,032	-0,628
Entroncamento	98,52	0,201	-1,049
Ferreira do Zêzere	67,78	0,053	0,097
Mação	68,81	0,043	-0,365
Ourém	83,64	0,361	0,323
Sardoal	68,62	0,025	-0,192
Sertã	72,56	0,105	-0,212
Tomar	84,97	0,308	-0,305
Torres Novas	96,77	0,331	-0,618
Vila de Rei	66,24	0,021	-0,206
Vila Nova da Barquinha	72,25	0,052	-0,462

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
<b>Beiras e Serra da Estrela</b>	<b>78,49</b>	<b>1,649</b>	<b>-0,219</b>
Almeida	74,22	0,044	0,274
Belmonte	71,27	0,045	-0,052
Celorico da Beira	65,04	0,045	0,110
Covilhã	86,58	0,401	-0,399
Figueira de Castelo Rodrigo	66,81	0,037	-0,233
Fornos de Algodres	58,81	0,027	-0,078
Fundão	77,94	0,205	-0,053
Gouveia	65,91	0,081	-0,130
Guarda	96,20	0,369	-0,576
Manteigas	63,85	0,019	0,023
Mêda	62,06	0,028	-0,006
Pinhel	62,82	0,053	-0,181
Sabugal	63,44	0,068	0,307
Seia	76,15	0,168	-0,171
Trancoso	66,65	0,059	-0,087
<b>A. M. LISBOA</b>	<b>124,10</b>	<b>34,171</b>	<b>-0,020</b>
Alcochete	118,78	0,223	-0,280
Almada	108,69	1,786	-0,373
Amadora	100,59	1,759	-0,613
Barreiro	100,02	0,736	-0,649
Cascais	122,11	2,512	1,109
Lisboa	219,63	10,801	1,287
Loures	92,26	1,878	-0,217
Mafra	96,28	0,779	0,275
Moita	81,95	0,515	-0,631
Montijo	99,23	0,543	-0,381
Odivelas	89,30	1,370	-0,494
Oeiras	156,53	2,665	-1,165
Palmela	98,13	0,612	-0,343
Seixal	89,69	1,446	-0,378
Sesimbra	90,03	0,449	0,467
Setúbal	107,54	1,216	-0,273
Sintra	94,14	3,531	-0,388
Vila Franca de Xira	98,38	1,350	-0,741
<b>ALENTEJO</b>	<b>90,13</b>	<b>6,236</b>	<b>-0,334</b>
<b>Alentejo Litoral</b>	<b>92,45</b>	<b>0,842</b>	<b>0,464</b>
Alcácer do Sal	81,48	0,094	0,425
Grândola	85,94	0,122	3,310
Odemira	81,69	0,196	0,579
Santiago do Cacém	92,30	0,259	-0,584
Sines	128,74	0,171	-0,541
<b>Baixo Alentejo</b>	<b>85,29</b>	<b>0,977</b>	<b>-0,491</b>
Aljustrel	87,90	0,072	-0,375
Almodôvar	79,49	0,053	-0,318
Alvito	66,68	0,016	-0,169
Barrancos	63,35	0,010	-0,284
Beja	105,31	0,346	-0,799
Castro Verde	102,10	0,070	-0,885
Cuba	67,88	0,031	-0,403
Ferreira do Alentejo	72,97	0,056	-0,086
Mértola	66,56	0,041	-0,129
Moura	77,45	0,105	-0,583
Ourique	77,28	0,036	-0,031
Serpa	72,84	0,103	-0,390
Vidigueira	72,81	0,039	-0,213

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
<b>Lezíria do Tejo</b>	<b>90,74</b>	<b>2,105</b>	<b>-0,393</b>
Almeirim	86,17	0,191	-0,547
Alpiarça	77,14	0,054	-0,561
Azambuja	106,20	0,231	-0,109
Benavente	94,40	0,276	-0,473
Cartaxo	86,51	0,201	-0,535
Chamusca	71,72	0,065	-0,391
Coruche	76,77	0,134	-0,250
Golegã	82,59	0,044	-0,328
Rio Maior	90,24	0,179	-0,444
Salvaterra de Magos	77,46	0,161	-0,389
Santarém	101,40	0,570	-0,356
<b>Alto Alentejo</b>	<b>85,92</b>	<b>0,894</b>	<b>-0,471</b>
Alter do Chão	72,91	0,023	-0,400
Arronches	71,97	0,020	-0,357
Avis	74,14	0,031	-0,431
Campo Maior	94,02	0,073	-1,012
Castelo de Vide	81,63	0,024	-0,170
Crato	72,78	0,023	-0,259
Elvas	88,98	0,182	-0,334
Fronteira	79,03	0,023	-0,480
Gavião	71,82	0,024	-0,381
Marvão	64,82	0,020	0,137
Monforte	73,87	0,022	-0,553
Nisa	73,16	0,045	-0,229
Ponte de Sor	84,38	0,125	-0,480
Portalegre	104,12	0,229	-0,751
Sousel	69,02	0,030	0,015
<b>Alentejo Central</b>	<b>94,40</b>	<b>1,418</b>	<b>-0,511</b>
Alandroal	64,52	0,032	-0,060
Arraiolos	73,32	0,050	-0,264
Borba	73,86	0,049	-0,358
Estremoz	93,91	0,118	-0,489
Évora	117,31	0,603	-0,681
Montemor-o-Novo	86,75	0,134	-0,523
Mora	82,43	0,034	-0,467
Mourão	69,93	0,017	-0,192
Portel	64,79	0,037	-0,071
Redondo	71,85	0,045	-0,320
Reguengos de Monsaraz	89,44	0,088	-0,326
Vendas Novas	95,23	0,105	-0,741
Viana do Alentejo	79,25	0,040	-0,516
Vila Viçosa	83,44	0,063	-0,541

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
<b>ALGARVE</b>	<b>99,10</b>	<b>4,233</b>	<b>3,153</b>
Albufeira	112,04	0,444	7,237
Alcoutim	67,53	0,015	0,060
Aljezur	63,08	0,034	4,174
Castro Marim	71,74	0,044	3,078
Faro	132,50	0,784	0,305
Lagoa	89,77	0,198	4,176
Lagos	93,78	0,278	5,584
Loulé	105,92	0,711	4,951
Monchique	61,85	0,032	1,200
Olhão	81,13	0,354	0,788
Portimão	103,45	0,556	2,781
São Brás de Alportel	84,78	0,086	0,986
Silves	76,86	0,271	1,301
Tavira	91,97	0,224	3,449
Vila do Bispo	64,62	0,032	7,785
Vila Real de Santo António	91,83	0,169	2,233
<b>R. A. AÇORES</b>	<b>87,29</b>	<b>2,069</b>	<b>-0,358</b>
<b>Santa Maria</b>	<b>89,70</b>	<b>0,049</b>	<b>-0,600</b>
Vila do Porto	89,70	0,049	-0,600
<b>São Miguel</b>	<b>88,57</b>	<b>1,183</b>	<b>-0,312</b>
Lagoa (R.A.A.)	74,24	0,106	-0,403
Nordeste	62,47	0,030	-0,015
Ponta Delgada	107,75	0,713	-0,389
Povoação	66,28	0,039	0,589
Ribeira Grande	71,12	0,226	-0,431
Vila Franca do Campo	65,02	0,070	0,020
<b>Terceira</b>	<b>87,03</b>	<b>0,469</b>	<b>-0,497</b>
Angra do Heroísmo	94,74	0,314	-0,703
Vila da Praia da Vitória	74,73	0,156	-0,169
Graciosa	73,13	0,030	-0,262
Santa Cruz da Graciosa	73,13	0,030	-0,262
<b>São Jorge</b>	<b>80,81</b>	<b>0,066</b>	<b>-0,249</b>
Calheta (R.A.A.)	77,12	0,024	-0,138
Velas	83,12	0,042	-0,318
<b>Pico</b>	<b>80,97</b>	<b>0,108</b>	<b>-0,228</b>
Lajes do Pico	70,03	0,031	-0,242
Madalena	89,09	0,051	-0,139
São Roque do Pico	81,51	0,026	-0,367
<b>Faial</b>	<b>90,66</b>	<b>0,129</b>	<b>-0,391</b>
Horta	90,66	0,129	-0,391
Flores	82,90	0,029	-0,411
Lajes das Flores	74,78	0,011	-0,055
Santa Cruz das Flores	88,44	0,019	-0,653
<b>Corvo</b>	<b>76,16</b>	<b>0,003</b>	<b>-0,014</b>
Corvo	76,16	0,003	-0,014

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2017 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
<b>R. A. MADEIRA</b>	<b>86,51</b>	<b>2,138</b>	<b>0,262</b>
Calheta (R.A.M.)	62,80	0,067	0,661
Câmara de Lobos	58,27	0,192	-0,101
Funchal	114,28	1,160	0,430
Machico	78,16	0,154	-0,164
Ponta do Sol	55,19	0,046	0,411
Porto Moniz	56,92	0,013	1,486
Ribeira Brava	68,43	0,083	-0,022
Santa Cruz	71,51	0,309	0,137
Santana	58,29	0,039	0,270
São Vicente	61,02	0,031	0,499
Porto Santo	93,53	0,047	0,752

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)  
registado nos municípios, 2017<sup>7</sup>

Quadro 6 (continua)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
99	Lisboa	90	Barreiro
	Oeiras		Entroncamento
	Porto		Montijo
	São João da Madeira		89
98	Coimbra	Vila Franca de Xira	
	Faro	Vila Real	
97	Sines	88	Caldas da Rainha
	Aveiro		Palmela
	Cascais		Torres Novas
96	Matosinhos	87	Bragança
	Alcochete		Guarda
	Évora		Mafra
	Funchal		86
95	Albufeira	Póvoa de Varzim	
	Almada	Torres Vedras	
94	Maia	85	Vila do Conde
	Braga		Angra do Heroísmo
	Ponta Delgada		Figueira da Foz
93	Setúbal	84	Vendas Novas
	Azambuja		Benavente
92	Beja	83	Sintra
	Loulé		Viseu
	Leiria		Campo Maior
91	Portalegre	82	Estremoz
	Portimão		Lagos
	Castro Verde		Porto Santo
	Espinho		Trofa
90	Sobral de Monte Agraço	81	Viana do Castelo
	Amadora		Loures
90	Santarém	80	Santiago do Cacém
	Vila Nova de Gaia		Tavira

<sup>7</sup> Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
80	Guimarães Valongo
79	Vila Real de Santo António Arruda dos Vinhos Horta Rio Maior
78	Lagoa Sesimbra Vila do Porto
77	Odivelas Reguengos de Monsaraz Seixal
76	Abrantes Alenquer Madalena
75	Elvas Ovar Vila Nova de Famalicão
74	Aljustrel Ílhavo Santa Cruz das Flores
73	Mealhada Montemor-o-Novo Vale de Cambra
72	Águeda Alcobaça Cartaxo Covilhã
71	Alcanena Almeirim Grândola
70	

Percentis	Indicador per Capita
70	Nazaré Peniche Santo Tirso
69	Santa Maria da Feira São Brás de Alportel Tomar
68	Albergaria-a-Velha Batalha Ponte de Sôr
67	Gondomar Vila Nova de Cerveira Vizela
66	Bombarral Esposende Ourém
65	Oliveira de Azeméis Velas Vila Viçosa
64	Constância Mirandela Valença
63	Golegã Mora Peso da Régua
62	Estarreja Mangualde Pombal
61	Castelo de Vide Moita Odemira
60	



Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
60	Alcácer do Sal Felgueiras	50	Coruche Corvo
59	São Roque do Pico	49	Seia
58	Lamego Lousã Olhão	48	Fafe Óbidos Tondela
57	Cantanhede Oliveira do Bairro Paredes Porto de Mós	47	Lajes das Flores Oliveira do Hospital Vila da Praia da Vitória
56	Almodôvar Paços de Ferreira Viana do Alentejo	46	Almeida Avis Lagoa (R.A.A)
55	Caminha Chaves Fronteira	45	Marco de Canaveses Mortágua Sever do Vouga
54	Anadia Barcelos Penafiel	44	Borba Macedo de Cavaleiros Monforte
53	Fundão Lourinhã Machico	43	Ansião Arraiolos Nisa
52	Condeixa-a-Nova Oliveira de Frades Salvaterra de Magos	42	Alter do Chão Ferreira do Alentejo Santa Cruz da Graciosa Sarpa
51	Alpiarça Moura Ourique	41	Crato Miranda do Douro Vidigueira
50	Calheta (R.A.A.) Nelas Silves	40	Mira Sertã Vila Nova da Barquinha

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
40	Arronches Redondo Vagos
39	Amarante Gavião Vila Velha de Ródão
38	Castro Marim Chamusca Santa Cruz
37	Belmonte Ribeira Grande Santa Comba Dão
36	Lousada Montemor-o-Velho Ponte de Lima
35	Amares Cadaval Carregal do Sal
34	Arouca Soure Vila Nova de Poiares
33	Lajes do Pico Monção Penela
32	Mesão Frio Mourão Póvoa de Lanhoso
31	Murtosa Proença-a-Nova Sousel
30	

Percentis	Indicador per Capita
30	Mação São Pedro do Sul Tábua
29	Arganil Ribeira Brava Sardoal Vila Nova de Foz Côa
28	Cuba Mogadouro Pedrógão Grande
27	Arcos de Valdevez Ferreira do Zêzere Idanha-a-Nova
26	Aguiar da Beira Alcoutim Miranda do Corvo
25	Figueira de Castelo Rodrigo Vieira do Minho Vila Verde
24	Alvito Mértola Trancoso
23	Alvaiázere Moimenta da Beira Paredes de Coura
22	Alfândega da Fé Povoação Vila de Rei
21	Castanheira de Pêra Castelo de Paiva Gouveia
20	

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
20	Cabeceiras de Basto Celorico da Beira Figueiró dos Vinhos	10	Montalegre Nordeste Vila Flor
19	Marvão Portel Vila Franca do Campo	9	Penedono Torre de Moncorvo Vimioso
18	Castro Daire São João da Pesqueira Vila do Bispo	8	Meda Melgaço Sabrosa
17	Alandroal Pampilhosa da Serra Ponte da Barca	7	Monchique Murça Sátão
16	Góis Manteigas Vouzela	6	Mondim de Basto Penamacor São Vicente
15	Alijó Oleiros Penacova Vila Pouca de Aguiar	5	Boticas Resende Valpaços
14	Barrancos Sabugal Tarouca	4	Fornos de Algodres Santa Marta de Penaguião Sernancelhe
13	Armamar Ribeira de Pena Terras de Bouro	3	Câmara de Lobos Penalva do Castelo Santana
12	Aljezur Carraceda de Ansiães Freixo de Espada à Cinta	2	Baião Porto Moniz Vinhais
11	Calheta (R.A.M.) Pinhel Vila Nova de Paiva	1	Celorico de Basto Cinfães Ponta do Sol Tabuaço

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra  
(PPC) registada nos municípios, 2017<sup>8</sup>

Quadro 7 (continua)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
99	Lisboa	90	Barreiro
	Porto		Ponta Delgada
	Sintra		Torres Vedras
	Vila Nova de Gaia		
98	Cascais	89	Loulé
	Matosinhos		Palmela
	Oeiras		Paredes
97	Almada	88	Évora
	Braga		Póvoa de Varzim
	Loures		Santo Tirso
96	Amadora	87	Figueira da Foz
	Coimbra		Portimão
	Maia		Santarém
95	Guimarães	86	Moita
	Odivelas		Montijo
	Seixal		Oliveira de Azeméis
94	Gondomar	85	Penafiel
	Leiria		Caldas da Rainha
	Vila Franca de Xira		Castelo Branco
93	Funchal	84	Vila Real
	Santa Maria da Feira		Alcobaça
	Setúbal		Felgueiras
92	Aveiro	83	Ovar
	Barcelos		Albufeira
	Vila Nova de Famalicão		Paços de Ferreira
91	Faro	82	Sesimbra
	Valongo		Águeda
	Viseu		Covilhã
90	Mafra	81	Pombal
	Viana do Castelo		Alenquer
	Vila do Conde		Amarante
		80	Marco de Canaveses

<sup>8</sup> Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra  
(PPC) registada nos municípios, 2017

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
80	Guarda Marinha Grande Ourém	70	Alcochete Anadia Estarreja
79	Beja Fafe Olhão	69	Cartaxo Entroncamento Fundão
78	Ílhavo Torres Novas Trofa	68	Albergaria-a-Velha Lagoa Lamego
77	Angra do Heroísmo Bragança Lousada	67	Lourinhã Odemira Tondela
76	Abrantes Santa Cruz Tomar	66	Almeirim Câmara de Lobos Vizela
75	Chaves Espinho Vila Verde	65	Oliveira do Bairro Porto de Mós Vale de Cambra
74	Lagos Ponte de Lima São João da Madeira	64	Elvas Mirandela Rio Maior
73	Benavente Cantanhede Esposende	63	Montemor-o-Velho Sines Vila Real de Santo António
72	Azambuja Portalegre Santiago do Cacém	62	Mealhada Salvaterra de Magos Seia
71	Silves Peniche Ribeira Grande	61	Machico Vagos Vila da Praia da Vitória
70	Tavira	60	

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra  
(PPC) registada nos municípios, 2017

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
60	Arouca	50	Cinfães
	Mangualde		Serpa
59	Póvoa de Lanhoso	49	Sobral de Monte Agraço
	Arcos de Valdevez		Bombarral
	Lousã		Cabeceiras de Basto
58	Oliveira do Hospital	48	Castelo de Paiva
	Arruda dos Vinhos		Alcácer do Sal
	Condeixa-a-Nova		Cadaval
	Coruche	47	Nelas
57	Montemor-o-Novo		Ansião
	Batalha		Castro Daire
	Horta	46	Reguengos de Monsaraz
56	Peso da Régua		Penacova
	Amares		São Brás de Alportel
	Monção	45	Valpaços
	Ponte de Sôr		Mira
55	Caminha		Miranda do Corvo
	Grândola	44	Óbidos
	Soure		Gouveia
54	Alcanena		Ribeira Brava
	Estremoz	43	Sever do Vouga
	Nazaré		Oliveira de Frades
53	Baião		Tábua
	Lagoa (R.A.A)		Vieira do Minho
	Valença	42	Vila Pouca de Aguiar
52	Moura		Arganil
	São Pedro do Sul		Campo Maior
	Vendas Novas	41	Santa Comba Dão
51	Celorico de Basto		Aljustrel
	Macedo de Cavaleiros		Ponte da Barca
	Sertã	40	Vila Nova de Cerveira

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra  
(PPC) registada nos municípios, 2017

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
40	Castro Verde Sátão
39	Vila Franca do Campo Alijó Murtosa
38	Sabugal Calheta (R.A.M.) Carregal do Sal
37	Chamusca Moimenta da Beira Mortágua
36	Vila Viçosa Resende Trancoso
35	Vouzela Ferreira do Alentejo Mogadouro
34	Montalegre Alpiarça Idanha-a-Nova
33	Paredes de Coura Almodôvar Ferreira do Zêzere
32	Pinhel Madalena Proença-a-Nova
31	Vila Nova da Barquinha Arraiolos Borba
30	Melgaço

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
30	Miranda do Douro Vila do Porto
29	Vila Nova de Poiares Ponta do Sol Porto Santo
28	Tarouca Torre de Moncorvo Redondo
27	São João da Pesqueira Vinhais Belmonte
26	Celorico da Beira Nisa Almeida
25	Castro Marim Golegã Alvaiázere
24	Mação Vila Nova de Foz Côa Mértola
23	Penalva do Castelo Velas Mondim de Basto
22	Terras de Bouro Viana do Alentejo Povoação
21	Santana Vidigueira Portel
20	Ribeira de Pena Santa Marta de Penaguião

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra  
(PPC) registada nos municípios, 2017

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
20	Figueira de Castelo Rodrigo Penela Vila Flor	10	Fornos de Algodres Mesão Frio
19	Armamar Figueiró dos Vinhos Sabrosa	9	São Roque do Pico Pampilhosa da Serra Sardoal
18	Carrazeda de Ansiães Mora Ourique	8	Vimioso Calheta (R.A.A.) Gavião
17	Aljezur Murça Tabuaço	7	Góis Castelo de Vide Crato
16	Alandroal Constância Vila do Bispo	6	Fronteira Alter do Chão Pedrógão Grande
15	Aguiar da Beira Lajes do Pico Monchique	5	Vila Velha de Ródão Freixo de Espada à Cinta Monforte
14	Oleiros Avis Cuba	4	Vila de Rei Arronches Manteigas
13	Sernancelhe Santa Cruz da Graciosa São Vicente	3	Marvão Castanheira de Pêra Mourão
12	Sousel Alfândega da Fé Boticas	2	Santa Cruz das Flores Alcoutim Alvito
11	Nordeste Meda Penamacor	1	Penedono Barrancos Corvo
10	Vila Nova de Paiva		Lajes das Flores Porto Moniz



Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)  
registado nos municípios, 2017<sup>9</sup>

Quadro 8 (continua)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
99	Albufeira	90	Alcácer do Sal
	Lagos		Ponta do Sol
	Loulé		Porto
	Vila do Bispo		89
98	Aljezur	Ourém	
	Lagoa	Valença	
	Tavira	88	Faro
97	Castro Marim		Maфра
	Grândola		Sabugal
	Portimão	87	Almeida
96	Nazaré		Póvoa de Lanhoso
	Óbidos		Santana
	Vila Real de Santo António	86	Arcos de Valdevez
95	Lisboa		Idanha-a-Nova
	Porto Moniz		Mira
	Silves	Montalegre	
94	Cascais	85	Alijó
	Monchique		Lourinhã
	São Brás de Alportel		Terras de Bouro
93	Caminha	84	Marvão
	Olhão		Murtosa
	Porto Santo		Pedrógão Grande
92	Calheta (R.A.M.)	83	Boticas
	Peniche		Santa Cruz
	Povoação		Vila Nova de Cerveira
91	Melgaço	82	Armamar
	Odemira		Celorico da Beira
	Ponte da Barca		Esposende
90	Funchal	81	Ferreira do Zêzere
	São Vicente		Valpaços
	Sesimbra		Vila Nova de Poiares
		80	

<sup>9</sup> Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
80	Figueira da Foz Mondim de Basto Vila Nova de Paiva
79	Alcoutim Figueiró dos Vinhos Ribeira de Pena
78	Arganil Pombal Santa Comba Dão
77	Cabeceiras de Basto Manteigas Vila Pouca de Aguiar
76	Moimenta da Beira Sabrosa Vila Franca do Campo
75	Penamacor Póvoa de Varzim Sousel
74	Amares Castanheira de Pêra Meda
73	Corvo Tabuaço Vagos
72	Góis Nordeste Paredes de Coura Sátão
71	Cantanhede Ponte de Lima Ribeira Brava
70	

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
70	Ansião Carrazeda de Ansiães Ourique
69	Belmonte Penedono Vila do Conde
68	Fundão Lajes das Flores Vieira do Minho
67	Alandroal Chaves Miranda do Douro
66	Alcobaça Carregal do Sal Portel
65	Aguiar da Beira Fornos de Algodres Vila Nova de Foz Côa
64	Celorico de Basto Ferreira do Alentejo Trancoso
63	Mealhada Mortágua Vila Verde
62	Câmara de Lobos Vila Flor Vimioso
61	Azambuja Sernancelhe Tarouca
60	

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
60	Alvaiázere Bombarral Torre de Moncorvo
59	Mértola Murça Resende
58	Calheta (R.A.A.) Gouveia São João da Pesqueira Tábua
57	Caldas da Rainha Madalena Vinhais
56	Freixo de Espada à Cinta Machico Oliveira do Hospital
55	Alvito Castelo de Vide Vila da Praia da Vitória
54	Penalva do Castelo Seia Torres Vedras
53	Mesão Frio Pinhel Viana do Castelo
52	Aveiro Mourão Sardoal
51	Amarante Baião Fafe
50	

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
50	Castro Daire Vila de Rei Vila Velha de Ródão
49	Alcanena Penela Sertã
48	Loures São Pedro do Sul Vidigueira
47	Arouca Ílhavo Viseu
46	Cadaval Cinfães Nisa
45	Batalha Figueira de Castelo Rodrigo Pampilhosa da Serra
44	Coruche Lajes do Pico Oleiros
43	Crato Santa Marta de Penaguião Tondela Vouzela
42	Arraiolos Mogadouro Santa Cruz da Graciosa
41	Lamego Peso da Régua Setúbal
40	

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
40	Montemor-o-Velho Nelas Ovar
39	Alcochete Alfândega da Fé Penacova
38	Barrancos Macedo de Cavaleiros Mirandela
37	Oliveira do Bairro Tomar Velas
36	Almodôvar Redondo Sever do Vouga
35	Golegã Reguengos de Monsaraz Soure
34	Anadia Elvas Palmela
33	Guimarães Penafiel Santarém
32	Arronches Borba Castelo de Paiva
31	Espinho Lousada Miranda do Corvo

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
30	Alenquer Mação Marco de Canaveses
29	Aljustrel Almada Porto de Mós São Roque do Pico
28	Gavião Montijo Seixal
27	Ponta Delgada Salvaterra de Magos Sintra
26	Horta Proença-a-Nova Serpa
25	Barcelos Chamusca Covilhã
24	Alter do Chão Cuba Lagoa (R.A.A)
23	Bragança Leiria Mangualde
22	Avis Paços de Ferreira Ribeira Grande
21	Lousã Rio Maior Vila Real
20	

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)  
registado nos municípios, 2017

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
20	Mora Oliveira de Frades Vila Nova da Barquinha	10	Moura Santiago do Cacém Santo Tirso
19	Benavente Condeixa-a-Nova Estarreja	9	Abrantes Marinha Grande Vila do Porto
18	Águeda Ponte de Sôr Vila Nova de Gaia	8	Amadora Constância Torres Novas
17	Estremoz Fronteira Paredes	7	Coimbra Moita Trofa
16	Castelo Branco Odivelas Santa Maria da Feira	6	Barreiro Maia Santa Cruz das Flores
15	Felgueiras Montemor-o-Novo Viana do Alentejo Vila Nova de Famalicão	5	Évora Gondomar Oliveira de Azeméis
14	Albergaria-a-Velha Cartaxo Vale de Cambra	4	Angra do Heroísmo Arruda dos Vinhos Vendas Novas
13	Matosinhos Sines Vila Viçosa	3	Portalegre Valongo Vila Franca de Xira
12	Almeirim Braga Monforte	2	Beja Castro Verde Sobral de Monte Agraço
11	Alpiarça Guarda Vizela	1	Campo Maior Entroncamento Oeiras São João da Madeira

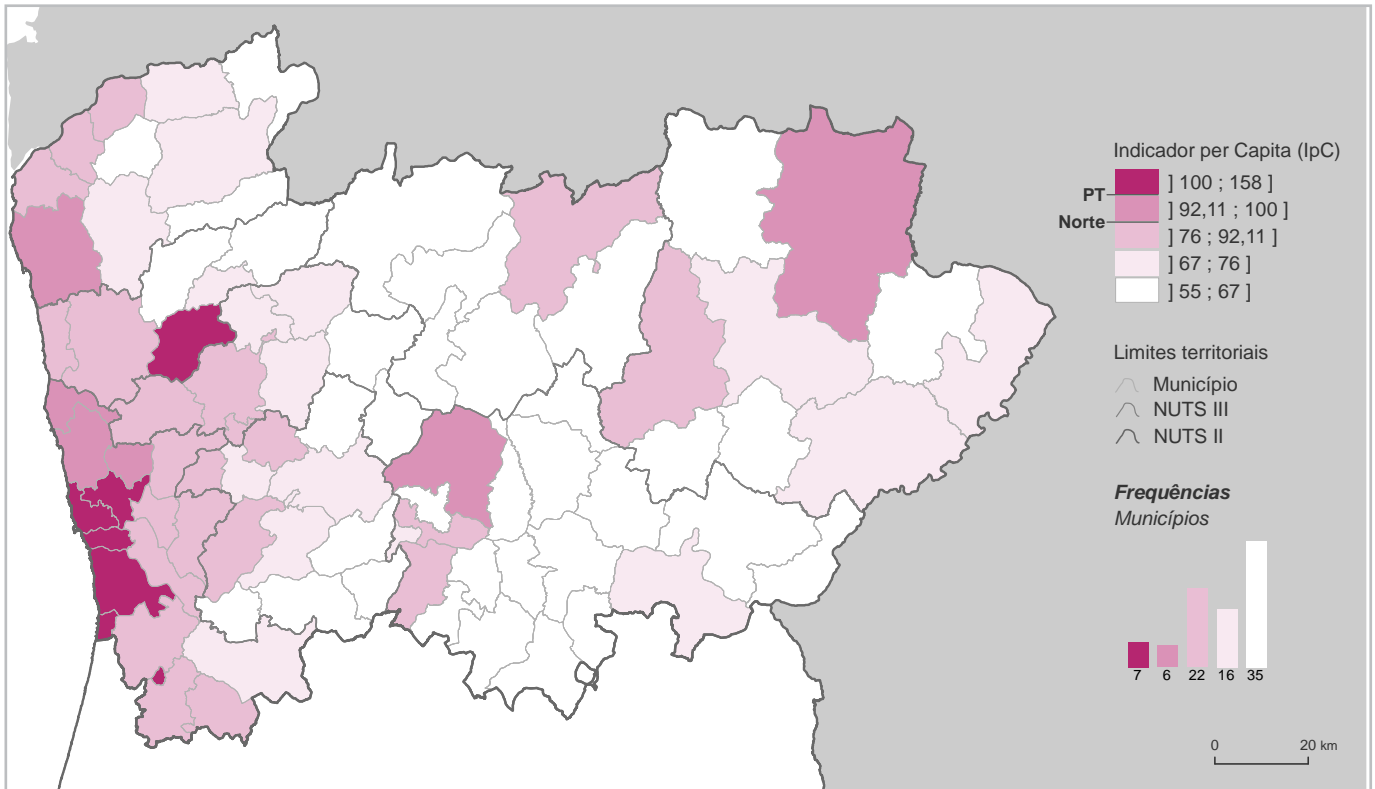


ANEXOS



Indicador per Capita por município, na região Norte, 2017

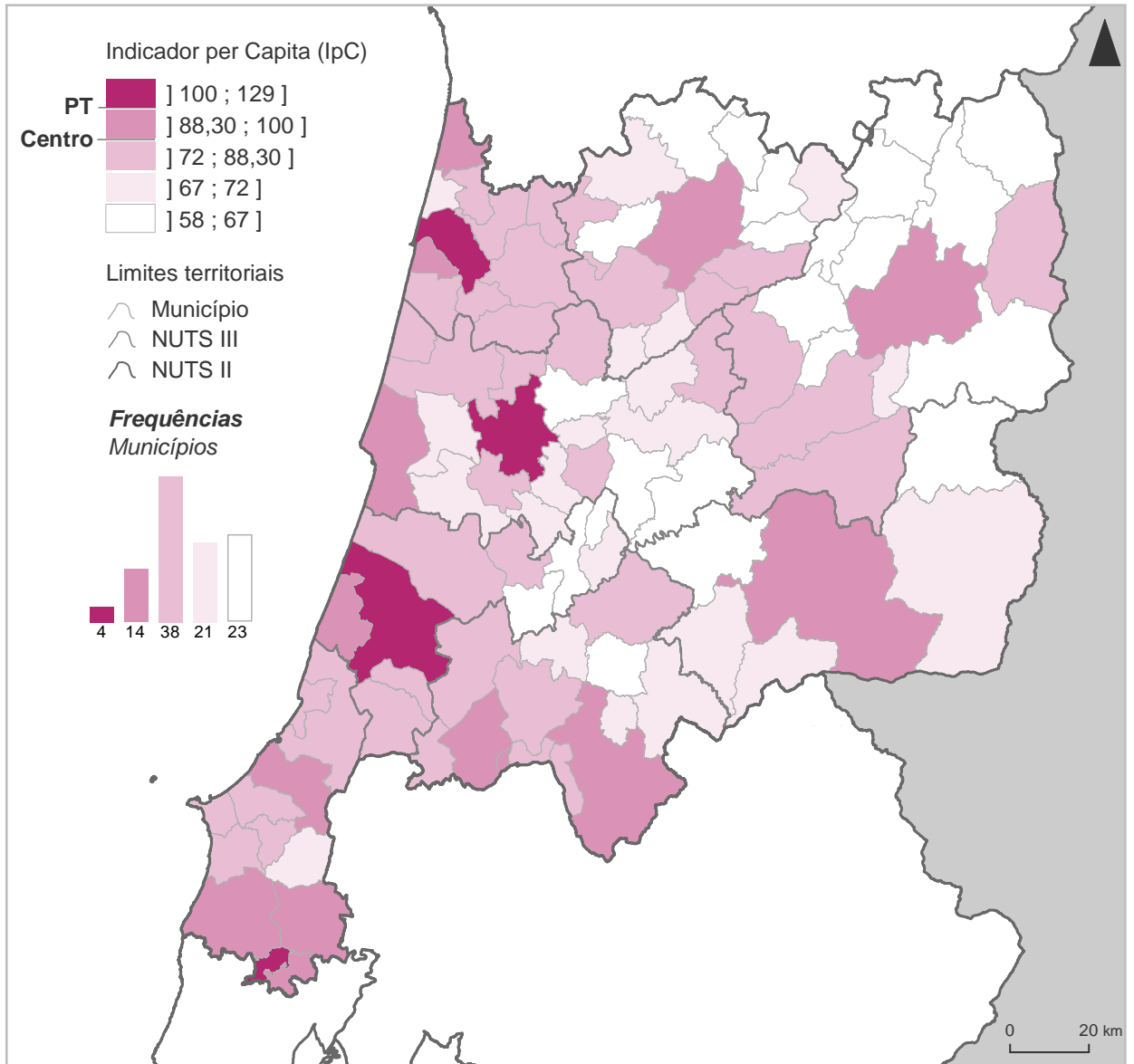
Figura 11



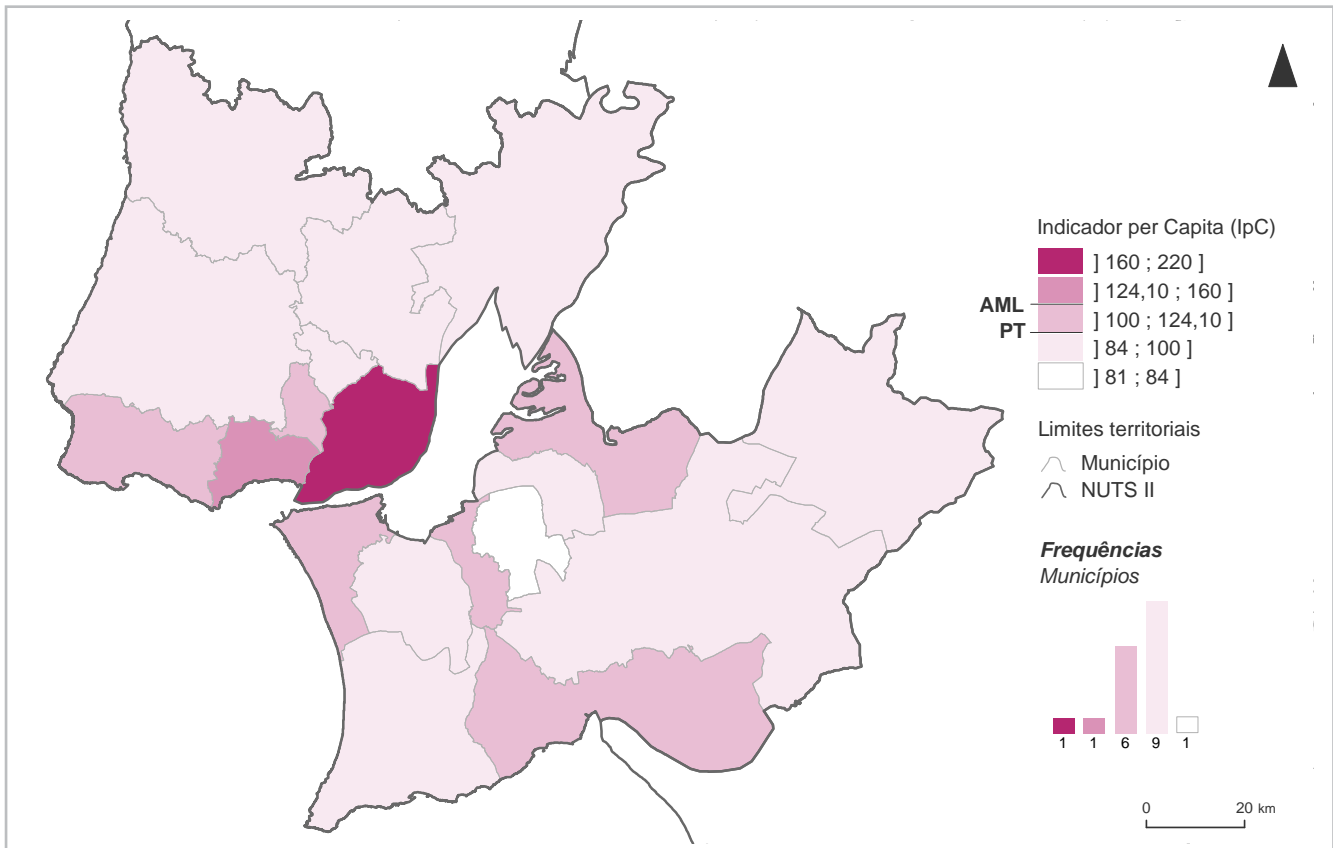


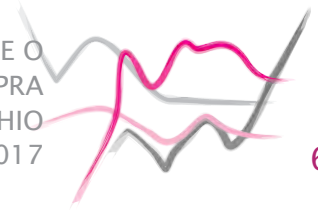
Indicador per Capita por município, na região Centro, 2017

Figura 12

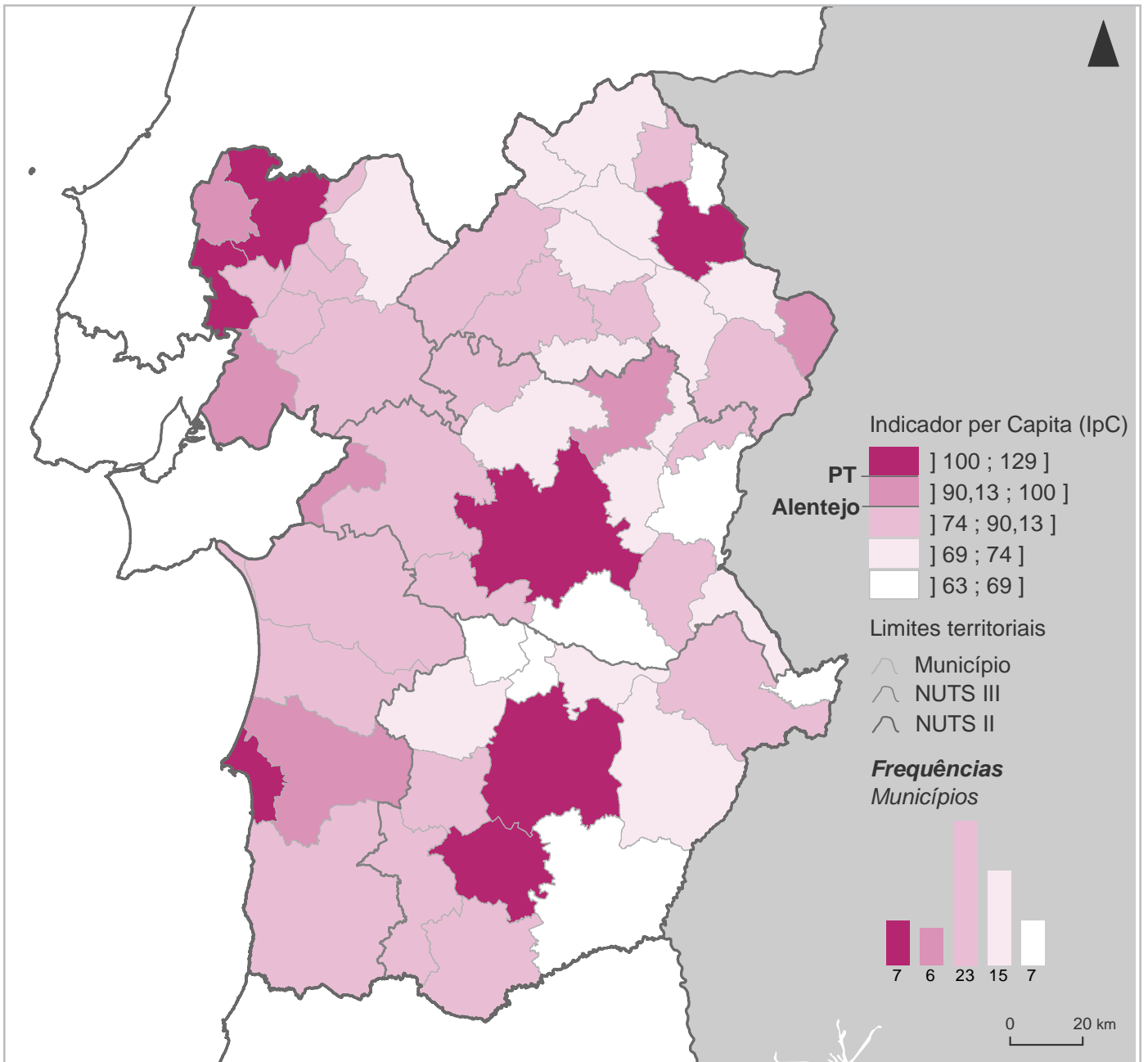


Indicador per Capita por município, na região Área  
Metropolitana de Lisboa, 2017 | **Figura 13**

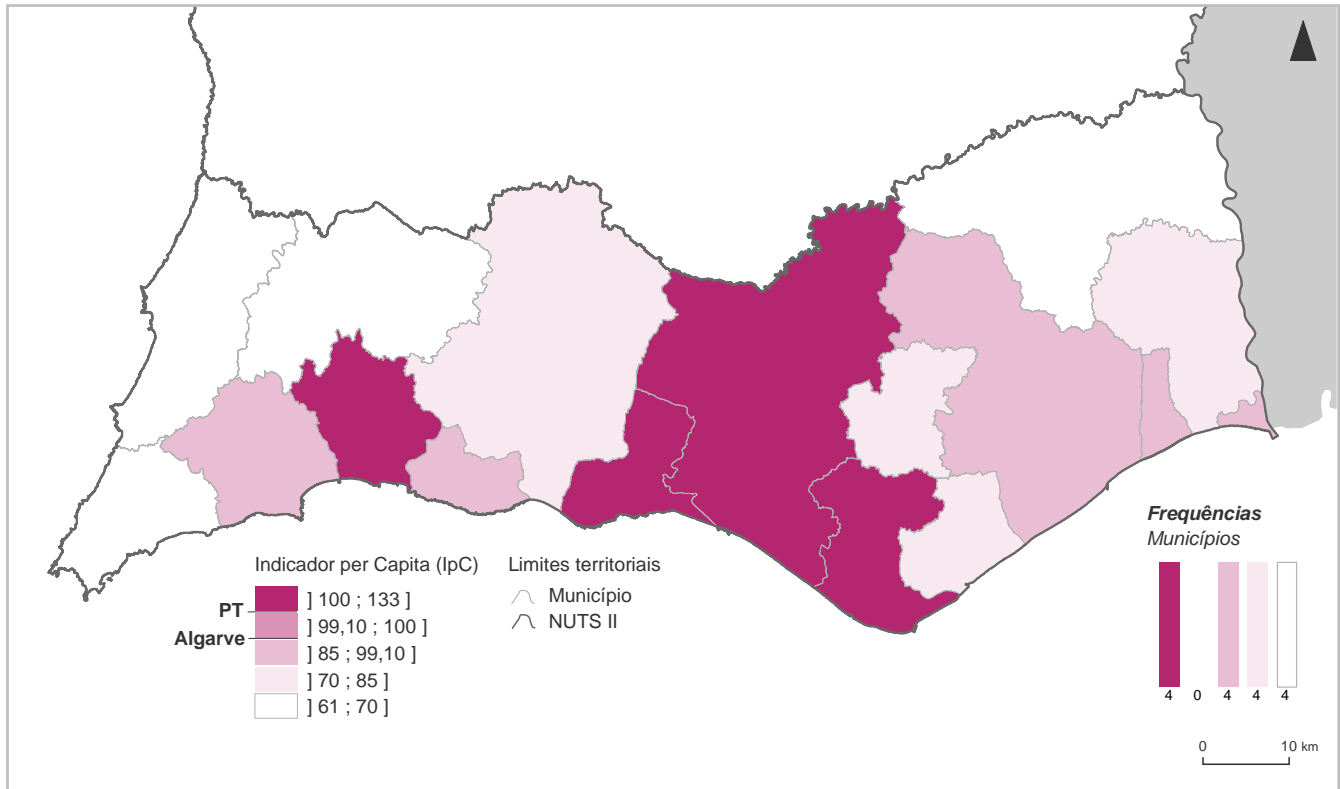




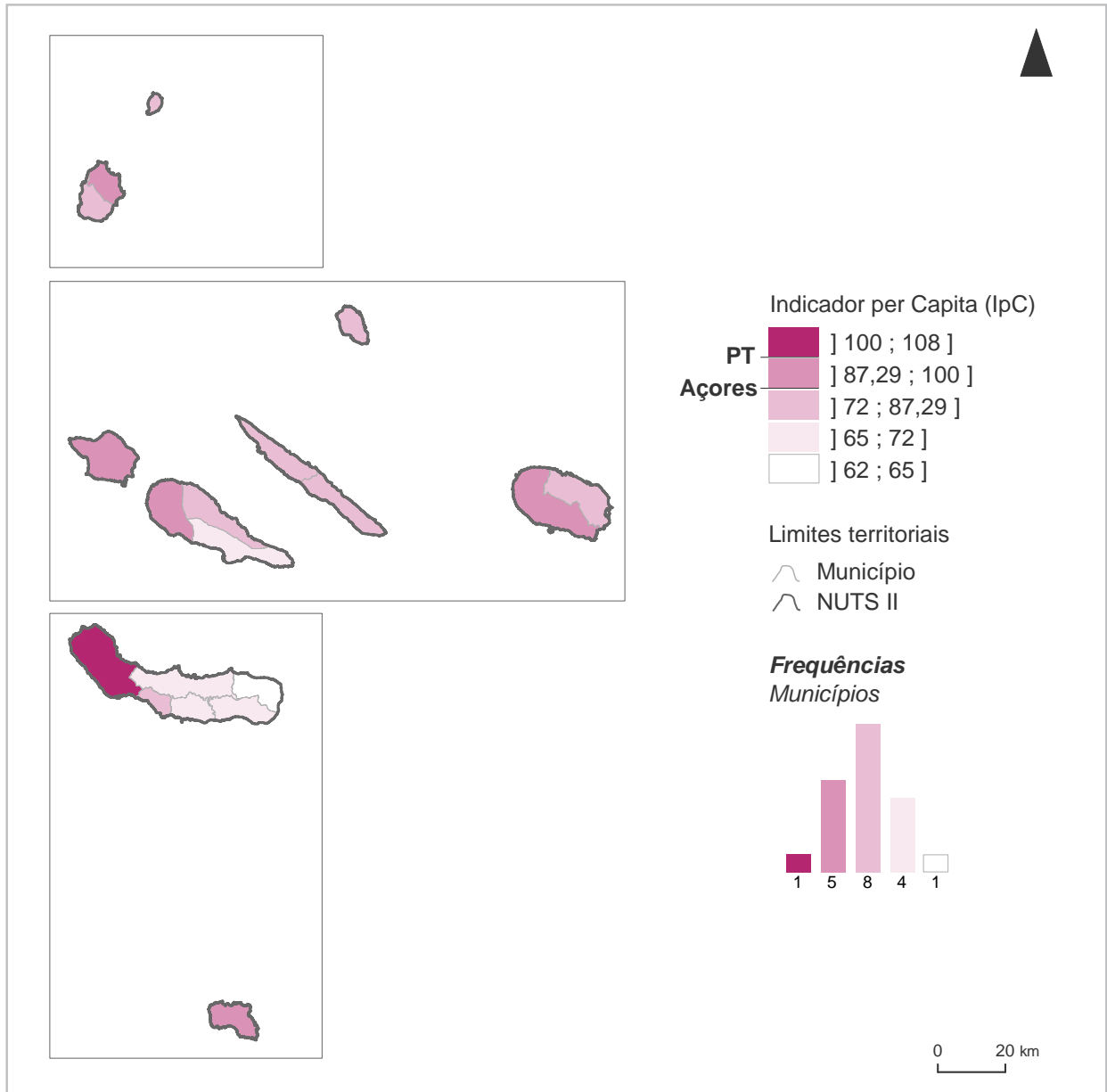
Indicador per Capita por município, na região Alentejo, 2017 | Figura 14



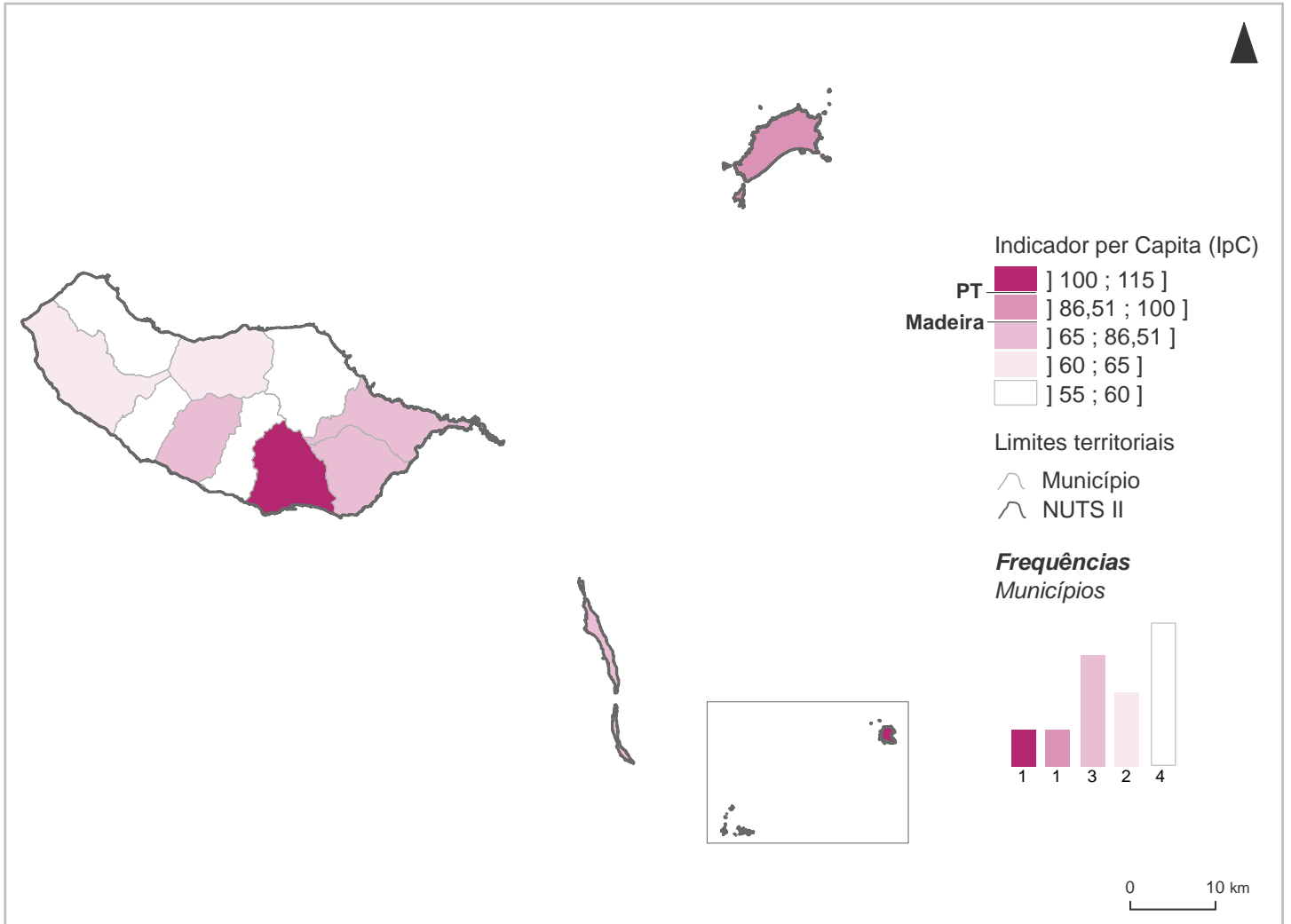
Indicador per Capita por município, na região Algarve, 2017 | Figura 15

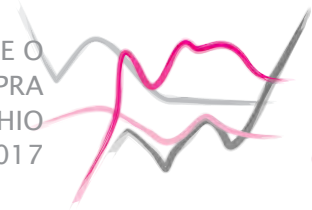


Indicador per Capita por município, na Região Autónoma dos Açores, 2017 | **Figura 16**



Indicador per Capita por município, na Região Autónoma da Madeira, 2017 | Figura 17





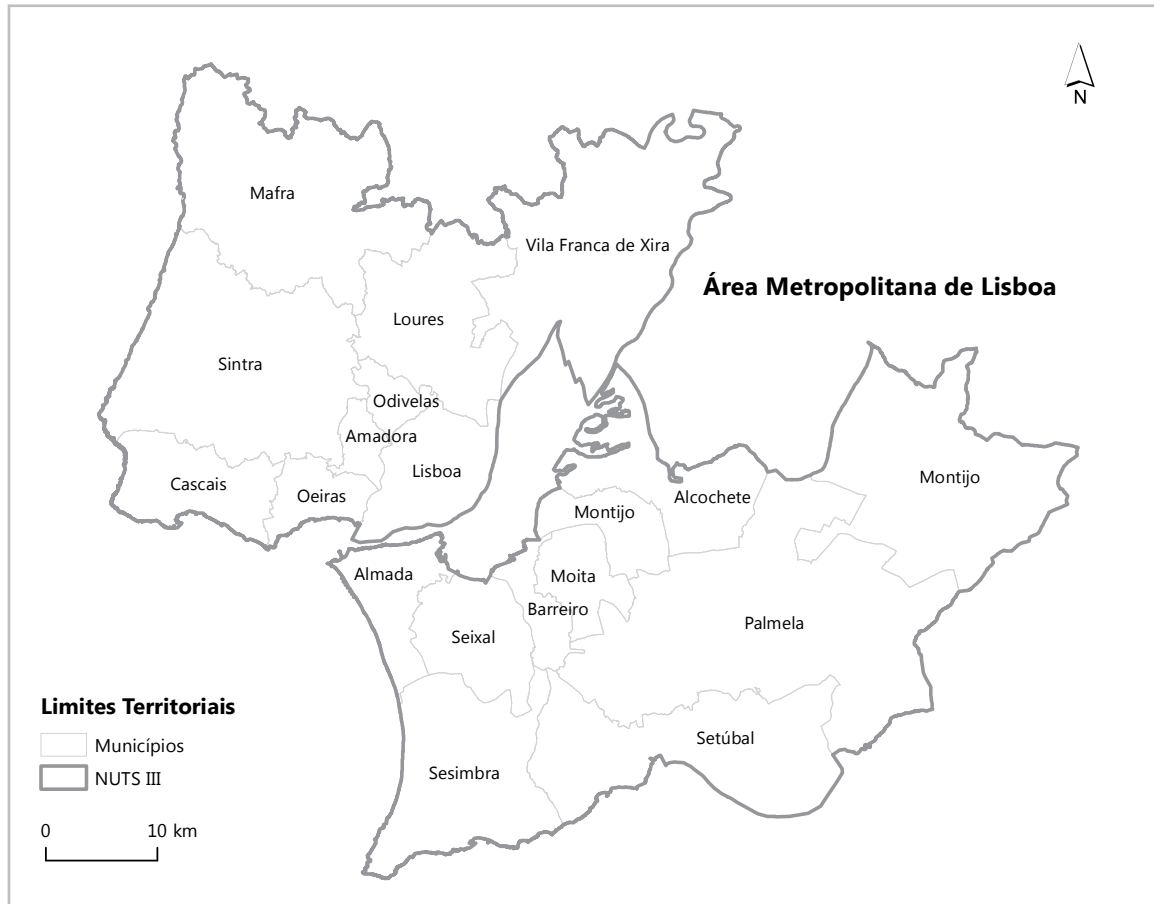
Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios | Figura 18







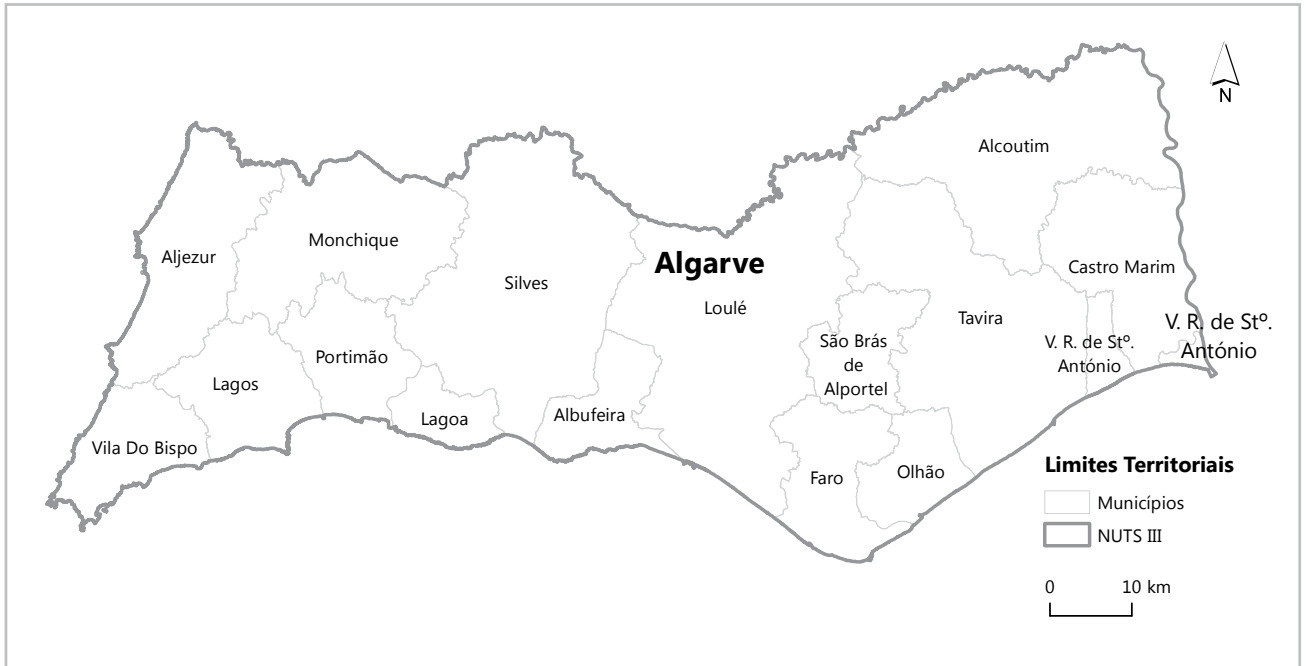
Divisão territorial da região NUTS II Área Metropolitana de Lisboa:  
NUTS III e municípios | **Figura 20**



Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios | Figura 21

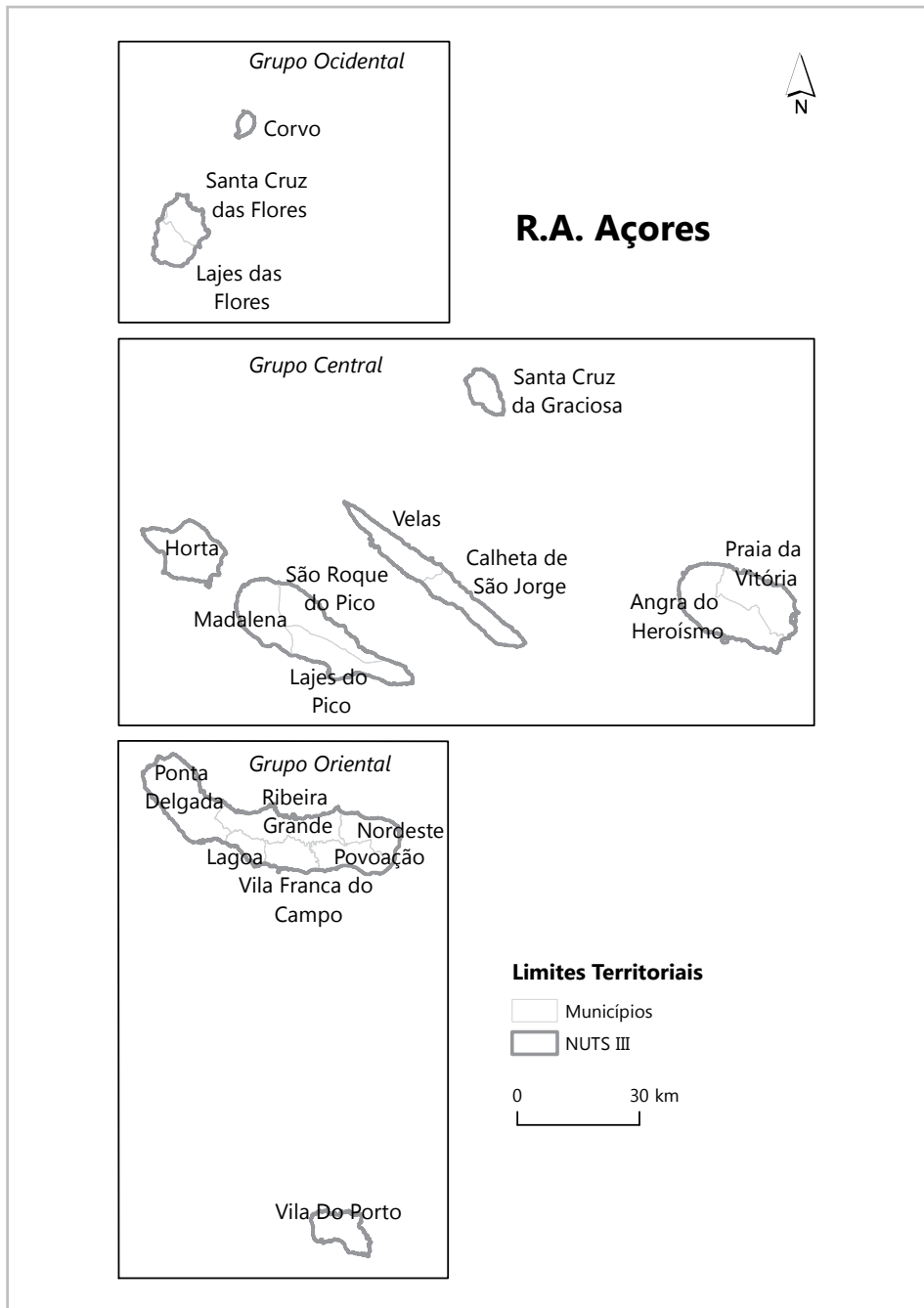


Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios | Figura 22



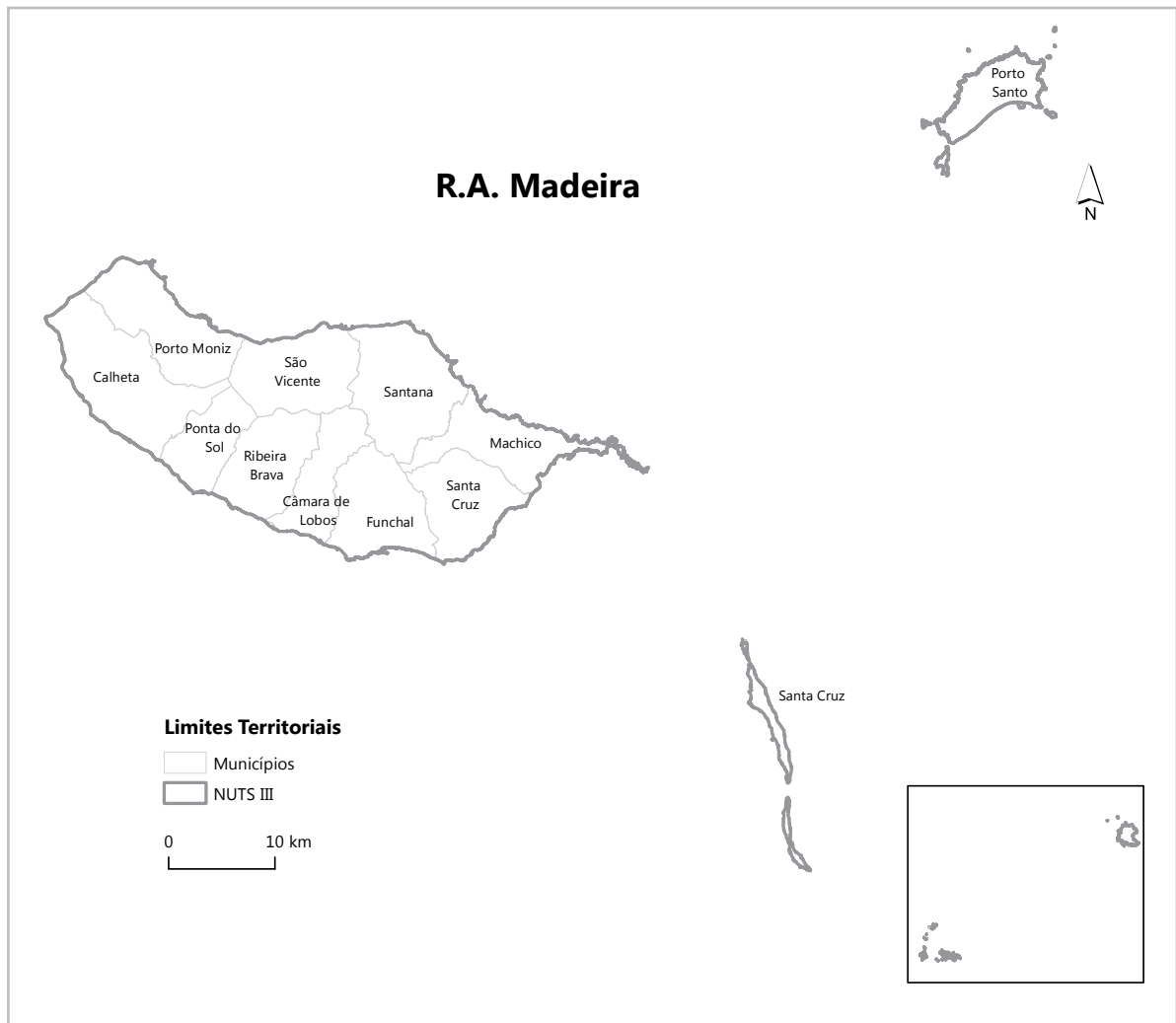
Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma  
dos Açores: NUTS III e municípios

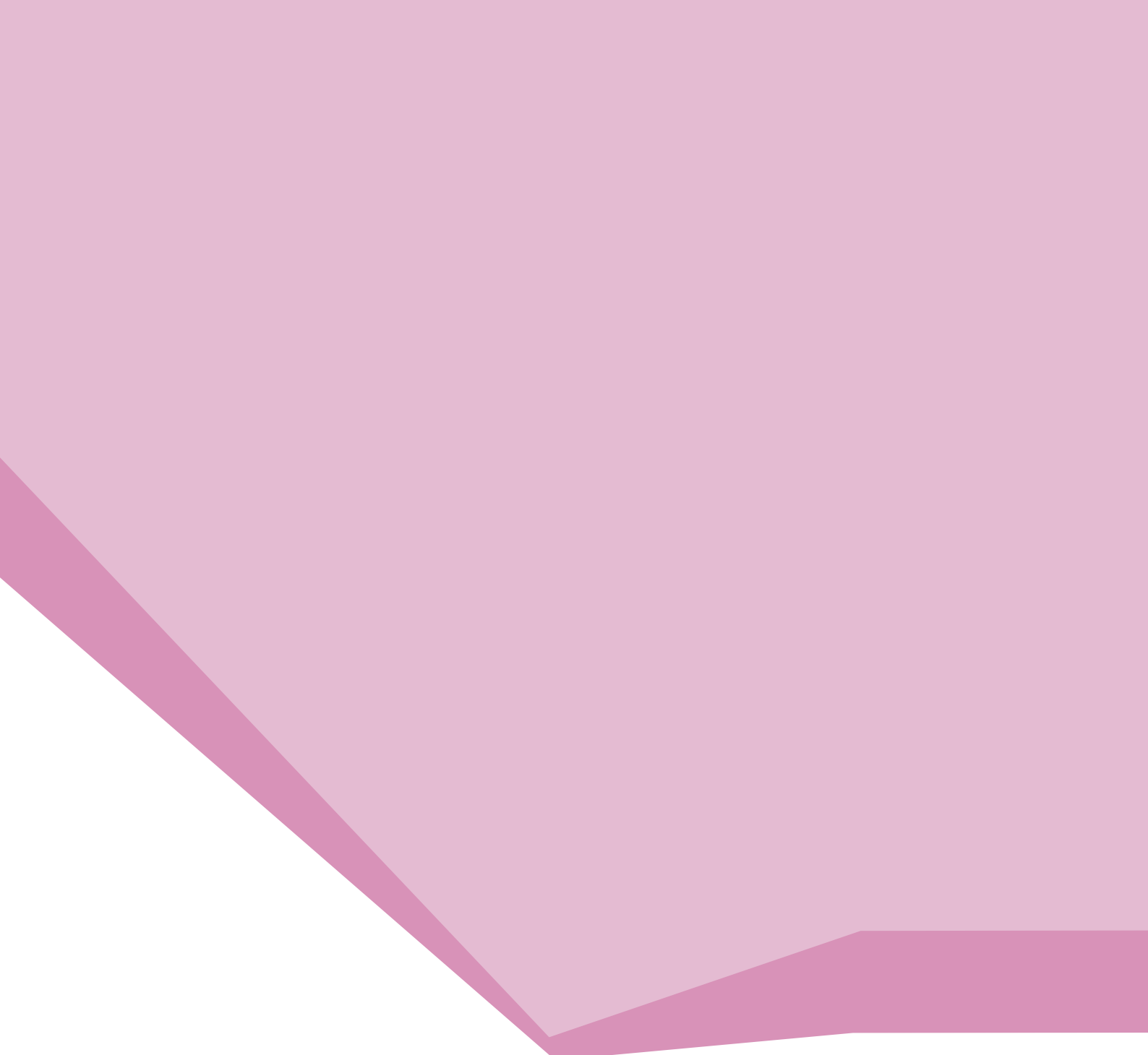
Figura 23



Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma  
da Madeira: NUTS III e municípios

Figura 24





[www.ine.pt](http://www.ine.pt)